

SOVIANA FOPPA

**PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO NO PROCESSO DE
MIGRAÇÃO PARA JURUENA (MT): DAS EXPECTATIVAS INICIAIS
À REALIDADE ATUAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE-MS
2013**

SOVIANA FOPPA

**PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO NO PROCESSO DE
MIGRAÇÃO PARA JURUENA (MT): DAS EXPECTATIVAS INICIAIS
À REALIDADE ATUAL**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Local -
Mestrado Acadêmico, da
Universidade Católica Dom
Bosco, Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação, sob a
orientação do Prof. Dr. Josemar
de Campos Maciel.

**CAMPO GRANDE-MS
2013**

Ficha Catalográfica

F691p Foppa, Soviana
Perspectivas de desenvolvimento no processo de migração para Juruena
(MT): das expectativas iniciais à realidade atual/ Soviana Foppa; orientação
Josemar de Campos Maciel 2013
81 f.

Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) – Universidade
Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2013.

1. Desenvolvimento local 2. História oral 3. Juruena, MT-Colonização
4. Juruena, MT - .História I. Maciel, Josemar de Campos II. Título

CDD – 338.98172

FOLHA DE APROVAÇÃO

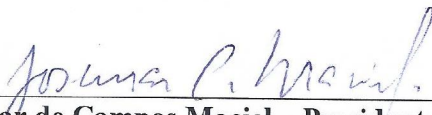
Área de concentração: Desenvolvimento local em contexto de territorialidades

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Local, Cultura, Identidade, Diversidade.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Dissertação aprovada em: 25/07/2013

BANCA EXAMINADORA



Prof Dr Josemar de Campos Maciel – Presidente da Banca
Universidade Católica Dom Bosco



Prof Dr Heitor Romero Marques
Universidade Católica Dom Bosco



Prof Dr Jones Darl Goettert
Universidade Federal da Grande Dourados

*Aos meus pais Henrique e Teresa,
Ao meu companheiro, Ivan Ramires,
As minhas filhas Ana Clara e Marina,
Mais um fruto dos nossos sonhos.*

AGRADECIMENTOS

“Era uma pessoa igual a cem mil outras pessoas. Mas, eu fiz dela um amigo, agora ela é única no mundo”.

Usando as palavras do livro “O Pequeno Príncipe”, de autoria de Antoine de Saint Exupéry, que menciono o meu orientador. Quem não gostaria de ter um orientador que se mostrasse um pouco mestre e amigo? Agradeço ao Josemar pela maravilhosa profusão de ideias e ensinamentos arremessados em sala de aula sobre seus alunos, quando se inquietava com determinados temas ou ainda com as questões tão peculiares do “orientar”. E, por nos mostrar que os rigores acadêmicos não precisam ser tão severos, e principalmente, por nos permitir todas as possíveis contradições durante o processo de (des) construção do pensamento social, obrigada.

Agradeço imensamente ao professor Heitor, pelas palavras de incentivo na caminhada de se tornar um pesquisador. Elas foram fundamentais nos momentos mais confusos, e por diversas vezes representaram um porto seguro durante a vida acadêmica no Desenvolvimento Local.

Agradeço aos professores e colegas de turma pelas contribuições, dentro e fora da sala de aula, pela convivência e aprendizado. Não citarei nomes para não correr o risco de esquecer alguém.

Aos professores que compuseram minha banca de qualificação, obrigada pelas valiosas colocações. A partir delas pude rever conceitos importantes. Agradeço ao Jones pela atenção durante as correções. Muito obrigada.

Agradeço imensamente aos meus entrevistados, pois foi a partir de suas histórias que construí minha pesquisa.

Minhas queridas amigas-irmãs de caminhada, Karina e Flaviana. Ambas colegas de trabalho e companheiras de mestrado, obrigada pela nobreza de espírito e bondade sem fim. Imagino que não tenha sido fácil suportar os meus “sprays”, como já disse a Flaviana. Por vocês eu tenho toda a gratidão do universo, obrigada por caminharem comigo.

Ao meu companheiro Ivan, marido e pai dedicado, obrigada do fundo do meu coração pelo apoio, não apenas durante o cumprimento dos créditos, mas por toda a nossa vida. Contigo eu aprendi a enxergar muito além do visível. Obrigada pelo amor, carinho,

respeito e dedicação, e principalmente, por ouvir meus devaneios científicos, uma vez que atuamos em áreas diferentes.

Ana Clara e Marina, a vida é tão mais colorida com vocês! Obrigada por todo o amor e beijinhos carinhosos, minhas filhas.

Sou grata aos meus pais, Teresa e Henrique, pela vida, pela formação, pelos valores ensinados e pelo incentivo, desde a época em que cursei a graduação em Administração de Empresas. A minha irmã Francielle, obrigada por tudo!

A todos os amigos, colegas e conhecidos que de alguma forma contribuíram e apoiaram a decisão de cursar o Mestrado no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, obrigada.

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças, e, de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.
Boaventura de Souza Santos

RESUMO

As migrações para o município de Juruena iniciaram no final da década de 1970 e início da década de 1980, época em que a cidade ainda era distrito do município de Aripuanã e se chamava Vila Juruena. Após a emancipação, em 1988, passou a se chamar Juruena, em homenagem a um importante rio do Estado do Mato Grosso que banha o município, o rio Juruena. A cidade está localizada a noroeste do Estado de Mato Grosso, a 893 quilômetros da capital, Cuiabá, e seus primeiros migrantes vieram em sua maioria do Sul do país, dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essa dissertação visa realizar e discutir um levantamento prévio das motivações que incentivaram a viagem desses migrantes nas primeiras décadas de fundação e consolidação do município, evidenciando as relações entre os ideais que nortearam a sua mudança para essa região e o processo de constituição da territorialidade local durante o processo de ocupação. A pesquisa situa a questão na literatura que discute a história, a memória e a colonização mato-grossense, e dialoga com testemunhas e protagonistas a partir da discussão da história oral como formulada por Ecléa Bosi, Jacques Le Goff, Paul Thompson e Michael Pollak. O material de campo se completa com consultas bibliográficas, documentais e de registros históricos do município.

PALAVRAS-CHAVE: Juruena, História Oral, Colonização, Memória.

ABSTRACT

Migration to the City of Juruena began in the end of the seventies, and had an increase in the early eighties, when the city belonged to the county of Aripuanã and was named as Juruena Village. After emancipation in 1988, it was renamed to Juruena, to pay homage to the homonymous river that flows through the city. The city is located to the northwest of the state of Mato Grosso, situated 893 km of the capital, Cuiabá, and its first settlers came from the Southern states of Brazil, namely from the states of Paraná, Santa Catarina and Rio Grande Do Sul. This dissertation aims to perform and discuss a preliminary survey of the motivations that fueled the journey of these migrants in the early decades of the foundation and consolidation of the municipality, showing the relationship between the ideals that guided their move to the region and the process of constitution of territoriality during the occupation. The research places the question in specialised literature that discusses the concepts of history, memory and colonization of Mato Grosso, and dialogues with witnesses and protagonists from the discussion of oral history as formulated, among others, by Ecléa Bosi, Jacques Le Gof, Paul Thompson and Michael Pollak. The field material is completed through bibliographic queries, documentary and historical records of the State and the City.

KEYWORDS: Juruena, Oral History, Colonization, Memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1:	LOCALIZAÇÃO DE JURUENA NO ESTADO E NO PAÍS	31
FIGURA 2:	RIO JURUENA	41
FIGURA 3:	TRAJETO DE JURUENA À CUIABÁ-MT	43
FIGURA 4:	ABERTURA DA CIDADE EM 1979	46
FIGURA 5:	ABERTURA DA CIDADE EM 1979	47
FIGURA 6:	AVENIDA 4 DE JULHO NA DÉCADA DE 1980	47
FIGURA 7:	ABERTURA DO AEROPORTO NA DÉCADA DE 1980	48
FIGURA 8	FESTVAL DE PESCA NO RIO JURUENA	49
FIGURA 9:	FESTIVAL DE PESCA NO RIO JURUENA	49
FIGURA 10:	ESCRITÓRIO DA COLONIZADORA EM 1979	52
FIGURA 11:	VESTIMENTA CONTRA PIUNS EM 197	55
FIGURA 12:	TRAJETO DE JURUENA A VILHENA	56
FIGURA 13:	PRIMEIRAS PLANTAÇÕES	59
FIGURA 14:	PRIMEIRA MISSA CELEBRADA EM 1979	61
FIGURA 15:	FOTO AÉREA ATUAL DE JURUENA	64
FIGURA 16:	PARQUE DE EXPOSIÇÕES	64
FIGURA 17:	AVENIDA 04 DE JULHO	65
FIGURA 18:	SITUAÇÃO DAS ESTRADAS EM ÉPOCA DE CHUVA	66

LISTA DE TABELAS

TABELA 1:	ALIENAÇÃO DAS TERRAS DE ARIPUANÃ	39
TABELA 2:	DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE JURUENA	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA	AGÊNCIA NACIONAL DA AMAZÔNIA
BASA	BANCO DA AMAZÔNIA
CPA	CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO
INCRA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
MT	MATO GROSSO
POLAMAZÔNIA	POLO DA AMAZÔNIA
POLOCENTRO	POLO DOS CERRADOS
POLONOROESTE	POLO DO NOROESTE
PROBOR	PROGRAMA DA BORRACHA
RO	RONDÔNIA
SEBRAE	SERVIÇO DE APOIO BRASILEIRO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
SUDAM	SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
SUDECO	SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

SUMÁRIO

	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
1	SOBRE A SOBRE A HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA, TERRITÓRIO, MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO	17
1.1	COMPREENDENDO A METODOLOGIA: A HISTÓRIA ORAL	17
1.1.2	A SENSIBILIDADE E AS LIMITAÇÕES NO USO DA HISTÓRIA ORAL SEGUNDO POLLAK	19
1.2	DA HISTÓRIA À MEMÓRIA	19
1.3	ESPAÇO E TERRITÓRIO	23
1.4	MIGRAÇÕES, TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE	24
1.5	AS MÚLTIPLAS CONSIDERAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO	27
2	HISTÓRIA E MEMÓRIA DE COLONIZAÇÃO	31
2.1	POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO EM MATO GROSSO	31
2.2	ARIPUANÃ E JURUENA: DE DISTRITO A MUNICÍPIO	38
2.3	ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE JURUENA (MT)	40
2.4	RELATOS SOBRE MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO EM JURUENA	50
3	SITUAÇÃO ATUAL DE JURUENA	64
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
	REFERÊNCIAS ORAIS	74
	REFERÊNCIAS	75
	APÊNDICE	79
	APÊNDICE A	80
	APÊNDICE B	81

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A expressão migração pode ser entendida, de maneira resumida, como a circulação e a redistribuição de pessoas de uma região para outra. A compreensão dos mecanismos de distribuição e da movimentação da população entre regiões é essencial para se delinear políticas que permitam um bom emprego do espaço. Todavia, mais importante do que compreender o conceito é entender a forma pela qual se dá o processo migratório.

Juruena está localizada a noroeste do Estado de Mato Grosso, numa distância de 893 km da capital, Cuiabá. A migração para o lugar onde hoje se encontra a cidade iniciou no fim da década de 1970 e início da década de 1980.

Nesse período, iniciaram as primeiras migrações para Juruena, que até então era distrito do município de Aripuanã. Só algum tempo depois houve a emancipação e a cidade passou a se chamar Juruena. Os primeiros grupos de pessoas que ali chegavam vinham em sua maioria do sul do Brasil, dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, atraídos pela forte propaganda das terras mato-grossenses em seus Estados de origem.

As práticas de colonização em Mato Grosso, assim como os interesses do Estado, presente nos livros e artigos sobre o tema, originou uma imensa inquietação, motivando a construção do escopo desta pesquisa. Assim, uma das preocupações foi a de questionar esse passado, e a partir disso, estabelecer outra leitura sobre o processo de migração para as terras Juruenenses.

Desse modo, por meio dos relatos das pessoas que acompanharam e vivenciaram o período de abertura dessas terras, tornou-se possível conhecer um pouco mais sobre a história de Juruena, assim como as “estórias” de cada pessoa, num caminho de reconstrução daquilo que se viveu e que está presente na memória dos entrevistados.

Assim, a presente pesquisa, mesmo com caráter multidisciplinar, se insere num debate que tem forte viés historiográfico, em que se põe a questão da possibilidade de pensamento e de perspectivas de migração e desenvolvimento do local. Logo, a multiplicidade de vozes possibilita o desabrochamento de possibilidades sociais e culturais, secundado pelo intercâmbio e pelas tensões entre diferentes perspectivas.

Essa proposição aos poucos vai amadurecendo e, ao invés de substituir os modelos centralistas, integra-se a diversas propostas econômicas, reivindicando a força da dinâmica social, ou mesmo instaura-se como forma de apontamento de lacunas ou insuficiências do modelo dominante.

Muito mais do que tentar propor uma visão do desenvolvimento de Juruena, essa pesquisa faz parte do esforço de recuperar uma brecha na apropriação de um programa específico. No caso, trata-se do processo de ocupação de espaços na região noroeste do Estado de Mato Grosso, especificamente no município de Juruena, espaço em que se praticou uma forma de ocupação mirando a promoção do desenvolvimento agrário como que capitaneado e normatizado pelo industrial.

A percepção do lugar, de suas potencialidades, do que seria possível se fazer com ele, ou a partir dele, e a relação desta percepção com modelos de desenvolvimento vigentes, em termos de seu funcionamento, é a tônica dessa pesquisa. Sobretudo em questões importantes que deram força à pesquisa e que foram aprofundadas ao longo da pesquisa: As migrações para Juruena e os ideais dos migrantes, assim como a ideia de desenvolvimento capitaneado pelo industrial, e associado à percepção do lugar e das suas potencialidades.

A questão orientadora que subjaz ao esforço de escrita e de avaliação da documentação que vai sendo produzida e levantada, é sobre o funcionamento da ideia de migração e desenvolvimento de Juruena. Buscou-se entender de que modo os sujeitos foram sendo arregimentados e investiram suas vidas quando se instalaram na região objeto de estudo, a partir de um ideário de bem estar, progresso e desenvolvimento.

Tornou-se imperativo estudar e delinear o cruzamento das falas dos entrevistados e a documentação que as avalia e posiciona, uma vez que, à luz do que foi enunciado, buscou-se compreender nas narrativas, o seu envolvimento com o município.

A questão norteadora da investigação em que se enuncia qual é o debate que o trabalho se insere, e de que forma essa inserção acontece, se volta em descobrir quais foram os principais motivos que levaram esses primeiros povos rumo a Juruena, e quais foram as maiores dificuldades enfrentadas nesse processo, assim como a percepção do local em que vivem e o seu desenvolvimento.

Num primeiro momento procurou-se, por meio das entrevistas e com o uso da História Oral, ouvir as histórias vividas durante o processo de migração e adaptação ao local, que é objetivo basilar do método utilizado. As histórias de vida dessas pessoas é o objeto principal dessa pesquisa, e por isso foram transformadas em narrativas, como forma de registrar as falas e a memória dos entrevistados.

Nesse caso, são os discursos sobre o processo de migração para Juruena, com ou sem a participação das diversas forças territoriais, o estilo centralista das políticas

desenvolvimentistas e as alternativas a elas, a recuperação da história local como forma de preservação ou de veiculação da iniciativa local.

Como pressuposto do acima indicado, a História Oral vem como ferramenta efetiva, possibilitando esse acesso. Os referenciais teóricos somam suas experiências, delimitando as estratégias adotadas ao longo do percurso. A contextualização histórica e social de Juruena também se torna indispensável e presente, referendando o método utilizado. A pesquisa que deu origem a essa dissertação nasceu da necessidade de salientar as formas de ocupação do espaço aqui pesquisado, de modo a compreender a evolução das antigas expectativas com o território ocupado e seu desenvolvimento, por meio dos relatos presentes.

Nessa perspectiva, a metodologia adotada se dividiu em algumas etapas, constituída da seguinte forma: a primeira delas foi perceber o local material da pesquisa através de levantamentos de campo em busca destas impressões e também de uma investigação preliminar sobre a época da colonização em Juruena. Após esta primeira triagem, partiu-se para o contato com os moradores, buscando identificar o lugar em que essas pessoas residiam e se estavam dispostas a participar da pesquisa, abrindo, de certo modo, as histórias de suas vidas para um universo maior que o local pesquisado - para pessoas que jamais conheceriam. Assim, após a pré-seleção dos colaboradores, partiu-se para as entrevistas, transformando os depoimentos em vídeos.

O tema da pesquisa vem sendo discutido por diversas áreas e pesquisadores, uma vez que a questão da colonização e as práticas de ocupação no Estado do Mato Grosso são abordadas há várias décadas por pesquisadores, cada um apontando formas e cidades específicas. Nesse caso, a pesquisa se tornou bastante peculiar, levando-se em conta que inexistem pesquisas acadêmicas sobre Juruena, com o uso do tema pesquisado e a metodologia aplicada. Por tratar de uma cidade específica, no caso Juruena, com um tema ainda não referendado por pesquisadores, tornou-se necessário complementar as entrevistas com pesquisas bibliográficas sobre os assuntos que permeiam a questão abordada, desenvolvendo-se estudos específicos para estas questões, a título de esclarecimento e contextualização da temática e problemática.

Dividido em três momentos, o primeiro capítulo vai ao encontro da tentativa de apreensão dessa mensuração abstrata e de seus valores simbólicos, históricos, cultural e referencial relacionados ao tema, por meio de reflexões pautadas em definições teóricas e observações. A estratégia da pesquisa parte para a estratégia do lugar, do território

ocupado/territorializado, buscando nas entrevistas uma compreensão acerca dessa formação territorial, de suas redes, interações e tessituras, assim como o sentimento de identidade e pertencimento ao local, observadas por meio das narrativas.

O segundo capítulo apresenta um retrato da época da colonização no Estado do Mato Grosso, discorrendo sobre as práticas abusivas de comercialização da terra e a propaganda enganosa sobre as mesmas. A partir dessa fundamentação, partiu-se para a composição do local objeto da pesquisa, explanando como se deu a formação de Juruena, desde o momento em que era distrito do município de Aripuanã. Para tal, além das pesquisas em documentos oficiais do município, foram inseridos os relatos de alguns dos primeiros migrantes que ainda residem na cidade, evidenciando e registrando as suas histórias de vida, na época em que esses grupos migraram para Juruena.

O último capítulo, além de apresentar a situação atual da cidade, traz um apanhado geral de narrativas ligadas ao desenvolvimento de Juruena, assim como as questões estruturais das rodovias que ligam o município a outros.

As fontes pesquisadas neste trabalho compreendem a Ata de fundação da cidade e o Histórico de Juruena, produzido por uma antiga professora e Diretora da Escola Municipal 07 de maio. Elaborado em maio de 2002, o documento foi extremamente importante na fundamentação de questões relacionadas aos primeiros povos que migraram para Juruena no início da colonização do município, apontando em seu texto quais foram os primeiros grupos que ali chegaram, e os povos indígenas que inicialmente habitaram e habitam o lugar.

Desse modo, a ideia central dessa dissertação é, a partir do uso da História Oral como metodologia de pesquisa de campo, analisar e construir a partir das fontes orais, um registro das narrativas que discorrem sobre a época de ocupação desse território, que também dialogam com o desenvolvimento de Juruena, partindo para além das histórias contadas nos livros e documentos oficiais, ou seja, aquelas inscritas na memória dos entrevistados.

Convém ressaltar que a pesquisadora obteve autorização dos entrevistados para utilização dos depoimentos e/ou entrevistas e respectivos nomes para divulgação da pesquisa.

1 SOBRE A HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA, TERRITÓRIO, MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo apresenta-se a revisão bibliográfica acerca dos temas pertinentes a elaboração dessa dissertação, de acordo com a sequência proposta no título.

1.1 COMPREENDENDO A METODOLOGIA: A HISTÓRIA ORAL

Ao buscar conhecer as histórias de vida dos primeiros migrantes para as áreas de terra de Juruená, optou-se pela História Oral, uma vez que ela possibilitaria, por meios das entrevistas, a coleta de informações sobre esse importante período da história Juruenense.

A expressão História Oral foi a primeira espécie de história, embora o seu uso na pesquisa formal seja novo, assim como o gravador, e com implicações radicais para o futuro, não significa que não tenha sido utilizada no passado. Ela é tão antiga quanto a própria história e há pouco tempo deixou de ser usada apenas por historiadores (THOMPSON, 1992). Quando Jules Michelet, professor da École Normale, da Sorbonne e do Collège de France e curador chefe histórico dos arquivos Nacionais (1847-53) imaginava que seus escritos deviam ser apenas um entre outras fontes. De origem Francesa, nascido em Paris em 1798 poderia valer-se da própria memória, mas foi além e coletou sistematicamente evidência oral fora de Paris, contrabalanceando dessa forma os apontamentos de documentos oficiais com o julgamento político da tradição oral popular, observa o autor e em seguida manifesta sua visão sobre a tradição oral:

Quando digo tradição oral, estou falando de tradição nacional, aquela que permaneceu espalhada de modo geral na boca do povo, que todos diziam e repetiam, camponeses, gente da cidade, velhos, mulheres, até mesmo crianças; aquela que podemos ouvir ao entrar da noite numa taverna de aldeia; aquela que podemos colher se, ao encontrar à beira da estrada um transeunte descansando, começamos a falar com ele da chuva, da estação e do alto preço dos mantimentos, e da época do imperador, e da época da Revolução (THOMPSON, 1992, p. 45-6).

A História Oral foi introduzida no meio acadêmico como forma de pesquisar por volta de 1920, por meio da Escola de Chicago. Porém nas décadas seguintes foi tirada dos meios de pesquisa, e substituída por formas quantitativas de trabalho (CHIZZOTI, 1991).

O surgimento da moderna História Oral se deu em 1940, depois da Segunda Guerra Mundial, surgindo assim algumas tendências, entre as quais se evidenciaram: a primeira, formada por entrevistas com elites políticas e a segunda com Paul Thompson e suas obras: *As histórias dos excluídos* e *A voz do passado* (ROSA, 2003).

As fontes históricas que derivam da percepção humana em sua totalidade são subjetivas e apenas a fonte oral possibilita desafiar essa subjetividade, afirma Thompson (1992). Assim, para voltar a ocupar um lugar de destaque nas correntes de pesquisa, a partir dos anos de 1960 a História Oral passou a preocupar-se com o seu estatuto epistemológico e superou o subjetivismo, estabelecendo a análise do vivido e se tornando método de coleta de dados de indivíduos concretos (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004).

Quando se examina o campo de atuação da tradição oral nas sociedades pré-letradas, compreende-se que toda a história era História Oral, observa Thompson (1992), e tudo o mais também tinha que ser lembrado: o tempo, o céu, o território, as habilidades, as falas, as transações, a estação, visto que era muito variada a tradição oral.

A História Oral explora as relações entre memória e história, ao romper com uma visão determinista que elimina a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente, reconhecendo que o passado é reconstruído seguindo as necessidades do presente e chamando a atenção para os usos políticos do passado (ROSA, 2003, p.3-4).

Como método de pesquisa a História Oral busca por meio de conversas com pessoas, em relatos orais, conhecer e aprofundar aspectos sobre determinadas realidades, como os processos históricos, padrões culturais, estruturas sociais ou laços do cotidiano. A metodologia tem como principal objetivo registrar a memória viva, as paixões e emoções, as perspectivas e os sentimentos de pessoas de diferentes origens sociais e culturais (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004). Relatos obtidos por fontes orais muitas vezes apontam fatos não registrados por outros tipos de documentos, o qual muitas vezes se deseja complementar ou abordar por ângulo diverso. Desta forma, concluem os autores: “a busca de dados através de narrativas, como parte imprescindível para a elaboração do documento da pesquisa coloca uma importante questão: a veracidade das informações obtidas” (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004, p.8).

A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da linguística e

da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação, pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais, e pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras (THOMPSON, 1992, p. 5)

Conforme Peter Burke (2000), os historiadores se voltam para a memória por dois motivos: como fonte histórica e como fenômeno histórico. Essa tarefa passou a ser cumprida nos anos sessenta, quando a importância da história oral passou a ser entendida por historiadores contemporâneos. Nas palavras do autor, sempre há o que aprender com a história oral, mesmo em períodos anteriores ao movimento, pois é preciso estar conscientes do valor dos testemunhos e tradições embutidos em muitos registros históricos (BURKE, 2000).

1.1.2 A SENSIBILIDADE E AS LIMITAÇÕES NO USO DA HISTÓRIA ORAL SEGUNDO POLLAK

Em um debate, ao ser indagado sobre a crítica à História Oral como método apoiado na memória, capaz de produzir representações e não constituições do real, Pollak (1992, p. 8) afirmou:

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta.

A coleta de representações por meio da história oral, que é também história de vida, passou a abrir novos campos de pesquisa e a memória, por exemplo, pode ser abordada de forma bem diferente de como se fazia dez anos atrás. Não há como negar que o trabalho do historiador faz-se sempre a partir de alguma fonte, e a construção que se faz do passado, inclusive aquela mais positivista é suscetivelmente sujeita da intermediação do documento. Considerando que essa intermediação é inescapável, todo o trabalho do historiador já se baseia numa primeira reconstrução (POLLAK, 1992).

Conforme o autor supracitado, a sensibilidade no trabalho de História Oral é um aspecto muito interessante, mas que requer observar a forma com que os historiados

trabalham, seja em escritos bibliográficos ou em relatos. É importante estudar como eles trabalham e não com o que eles trabalham, pois há quem adore os arquivos ou segurar os papéis velhos e senti-lo em suas mãos, assim como aqueles que adoram saborear um cafezinho servido depois da entrevista por uma velha senhora que o chamou de filho, exemplifica Pollak (1992).

Por esses motivos, o autor acima acredita que há uma sensibilidade no trabalho científico e que se revela quase que fisicamente na sensibilidade das manipulações. “[...] seria muito interessante refazer uma história das ciências questionando a importância dessa sensibilidade no contato com os materiais sobre os quais a gente trabalha, em relação àquilo que a gente pesquisa e sobre o que a gente escreve” (POLLAK, 1992, p. 12).

Em relação às limitações da História Oral em tempos atuais, Pollak (1992) esclarece que há vários tipos de hostilidades. Primeiro porque a História Oral permite fazer a história do tempo presente, e por isso é muito contestada. Pelo fato de que os arquivos ainda não foram abertos, impossibilitando o cruzamento dos dados com outras fontes, as próprias fontes são bastante duvidosas na história contemporânea. Só se dispõe de jornais, que são considerados fontes de terceira ou quarta categoria. Surge então um monte de obstáculos, de inconvenientes, pois existe uma oposição entre fontes clássicas, legítimas, e fontes que estão adquirindo nova legitimidade, levando em conta a “dignidade” do período. Dessa forma, analisa Pollak (1992, p. 12):

A história medieval, por exemplo, é o máximo, é o que existe de mais fino. É claro que quando você está acostumado a trabalhar com a Idade Média, vai ser difícil se reciclar em entrevistas! Mas há também um problema de legitimidade, até mesmo em relação à história contemporânea. A história do período seguinte à Primeira Guerra Mundial é vista como bem menos "digna" do que a história de períodos mais antigos. Por tradição, a corporação dos historiadores já não vê com muito bons olhos o campo da história do tempo presente, e a história oral, então, é o *nec plus ultra* da novidade.

1.1 DA HISTÓRIA À MEMÓRIA

Ao buscar uma compreensão sobre o processo de ocupação da área de terras então denominada Juruena, levou-se em consideração a história da cidade desde sua criação e a memória dos migrantes que ocuparam essas terras, e nelas vivem até os dias atuais. Busca-se, então, por meio das narrativas recompor a memória de histórias vividas, considerando o que afirma Ecléa Bosi sobre a função da memória: “Não constrói o tempo, não o anula tampouco. Ao fazer cair à barreira que separa o presente do passado lança uma ponte entre

o mundo dos vivos e o do além, ao qual retorna tudo o que deixou à luz do sol” (BOSI, 1994, p. 59).

O passado faz parte, como memória, da construção do presente, enquanto constitui um núcleo de narrativas, desejos, frustrações, referenciais de diversas espécies, que alimentam o imaginário social. Por isso a memória e a história estão intimamente ligadas à construção da identidade desse grupo de migrantes, especialmente quando se trata de ideários, sonhos, ações envolvendo atuação política, ou ação sobre o meio, negociações intra e intersocietárias.

A memória, num primeiro momento parece algo relativamente íntimo, próprio da pessoa, um fenômeno individual. Porém Halbwachs (1990) já havia afirmado que a memória deve ser entendida, também, como um fenômeno coletivo e social, e que está sujeito a mudanças e alterações constantes. Por sua vez, Pollak (1992), explica quais são, conseqüentemente, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva. Na memória individual estão os acontecimentos vividos pessoalmente e na memória coletiva os acontecimentos “vividos por tabela”, ou pela coletividade à qual a pessoa se identifica ou pertence.

Muitas vezes são acontecimentos dos quais a pessoa sequer participou, mas que em seu imaginário assume proporções gigantescas, de forma que ela não consiga saber se participou ou não. Indo além, o autor observa que esses acontecimentos, definidos como “vividos por tabela” juntam-se a aqueles eventos que não se estabelecem dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo e que por meio da socialização política ou histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com certo passado, e de maneira tão intensa que é possível falar numa memória “quase que herdada” (POLLAK, 1992).

Por sua vez, Le Goff (1992) entende que a memória é uma forma de preservar certas informações, remetendo primariamente a um conjunto de funções psíquicas, pelas quais o homem pode atualizar informações ou impressões passadas, ou que ele determina como passadas. O estudo da memória abarca diversas áreas do campo científico como a Psicologia, a Psicofisiologia, a Neurofisiologia, a Biologia e a Psiquiatria, sendo que a última delas é voltada aos estudos das perturbações da memória, principalmente para a amnésia, observa o autor. Ela está ligada habitualmente a um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados (BARROS, 2009), ou o que nele está representado, uma vez que o “lembrar” ou “recordar” não se trata de um processo preciso, do ponto de vista biológico,

pois a memória envolve outros aspectos fundamentais como o esquecimento, as distorções e as omissões.

A memória tornou-se importante na luta das formas sociais pelo poder (LE GOFF, 1992), e é um dos suportes importantes para o sujeito coletivo encontrar-se ou para a definição dos laços de identidade (FELIX, 1998). Desse modo, Halbwachs (1990) afirma que a memória está ligada às lembranças do vivido, com laços afetivos e sentimento de pertencimento ao grupo, mantidos e que alimentam o presente. Logo, não é o físico ou o territorial que permite a existência do grupo, mas a dimensão do pertencimento social, gerado por laços afetivos que permitem a lembrança do vivido, geradora de uma memória social.

O estudo da memória social é fundamental para trazer à tona os problemas do tempo e da história, principalmente porque ora a memória está em “retraimento”, ora em transbordamento (LE GOFF, 1992), sendo que o suporte para a memória é o grupo social e ela acaba quando se rompem os laços afetivos e sociais de identidade, pois é ele que permite a reconstrução das memórias, destacando, assim, que quem desaparece é o indivíduo e não o grupo (FELIX, 1998). Dessa forma, torna-se importante o registro das narrativas das primeiras pessoas que migrara para Juruena, como evidencia Halbwachs (1990, p.80): “é fixá-las por inscrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem”.

Devido ao que acima se afirma, os relatos de memórias dos sujeitos que vivenciaram o período de ocupação e abertura dessas terras, tornam-se registro importante para fundamentar questões como o motivo da vinda dessas famílias para Juruena, e quais os sonhos dessas pessoas, aliado à visão particular de cada pessoa sobre o desenvolvimento do território em que vivem. Inicia-se então a história, registro esse que permite que se faça uma reflexão sobre as memórias, por se tratar de um registro histórico e não afetivo, mas operação intelectual (FELIX, 1998). Compreende-se, neste sentido, a importância em recompor a memória e registrá-la, pois ela fica entremeada no presente, gerando critérios e facilitando a sedimentação das experiências. A memória é, na verdade, uma das condições para se falar em história.

A relação entre história e memória, ou o inverso, se faz presente nesse trabalho, pois o uso das narrativas tem um papel fundamental na configuração deste. Nesses termos, Le Goff (1992), refere-se à memória como um comportamento narrativo, cujo objetivo

principal é o de comunicar a outras pessoas informações e impressões contidas no passado e que não estão no presente, desempenhando assim sua função social.

Sendo possível afirmar que a memória é um fenômeno erigido social e individualmente, quando se trata da memória herdada, pode-se também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade (POLLAK, 1992), abordada aqui no seu sentido mais superficial, mas suficiente para o momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros, ou seja, é a imagem que foi adquirida por uma pessoa e se refere a ela própria e apresenta aos outros e a si mesmo, para ser percebida da forma como ela gostaria de ser percebida pelos outros. Nesse sentido Pollak (1992, p. 5) observa que:

Nessa construção da identidade - e aí recorro à literatura da psicologia social, e, em parte, da psicanálise - há três elementos essenciais. Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados.

1.3 ESPAÇO E TERRITÓRIO

O presente trabalho ocupa-se de questões que se formulam a partir e ao redor do processo de ocupação de terras no noroeste do estado de Mato Grosso. Assim, é importante, a fim de compreender o referido processo de ocupação em meados da década de 1970 e 1980 na cidade de Juarena, analisar as condições históricas a partir de documentos e da lei de criação do Município. Desse modo procura-se entender a configuração territorial a partir dos conceitos de espaço e território, na visão de autores como Claude Raffestin, Milton Santos e Antonio Brand.

Compreende-se por espaço aquilo que é anterior e de certa forma dado como uma matéria prima, pois nele preexiste qualquer ação. “Local de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar” (RAFFESTIN, 1993, p.144). O espaço é constituído pelas formas mais as vidas que as anima, enquanto resultado da participação da sociedade nele (SANTOS, 2001) ou ainda, segundo Certeau (2005, p. 202), espaço é um lugar praticado.

Espaço e território não são termos equivalentes e torna-se fundamental distinguir bem o que significa cada um. O espaço é anterior ao território e o território se forma a partir dele, ou seja, torna-se o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa, em qualquer nível. Ao se aproximar de um espaço, de maneira concreta ou abstrata, o ator territorializa o espaço, como expressa Claude Raffestin. O Território é um espaço onde se projetou algo e revela relações marcadas pelo poder. “O espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144) e que jamais pode ser comprimido a um espaço político ou a uma representação ideológica visto que é fruto das práticas espaciais e da interação dos atores sociais (DI MEO, 1999). Apesar da sua ressonância negativa, a ideia de “prisão” enuncia de forma suficiente o fato que o território não é apenas o reino das liberdades e dos sonhos, mas das negociações reais e de conflitos que devem ser enfrentados.

Em sua formulação teórica a respeito do conceito territorial, Di Meo (1999) apresenta duas dimensões mais importantes que o compõem: o espaço social e o espaço vivido. O primeiro se refere aqueles lugares da biosfera interligados pelas redes de relações sociais e espaciais, característica dos grupos que os ocupam, produzem ou apenas o cobiçam. Consequentemente, é decifrada por meio de relações concretas que já foram analisadas ou pesquisadas pelo geógrafo ou antropólogo.

O conceito de “espaço vivido” revela a relação existencial que o indivíduo socializado (isolado ou coletivamente) constitui com a terra e seus lugares. Assim, ele se envolve de valores culturais e um sentimento de pertença a um determinado grupo localizado, e o seu conhecimento passa pela escuta dos atores, levando em conta toda a sua bagagem e seus imaginários espaciais (DI MEO, 1999).

Considerando que a qualidade de vida das pessoas tem a ver com seus territórios, sua identidade cultural e seus valores, recorre-se a Brand (2001), que afirma “[...] emerge, com força, a questão dos territórios, em seu aspecto de construção cultural, ou enquanto espaço de afirmação da identidade e da autonomia de culturas distintas” (BRAND, 2001). Assim, o território é uma produção a partir do espaço, onde, motivado pelas relações que envolve, se revela num campo de poder, e que seja considerada do ponto de vista étnico, linguístico ou religioso, a composição da população é frequentemente enquadrada em categorias denominadas homogêneas ou heterogêneas, havendo por parte do Estado a predileção pela homogeneidade, ou seja, o Estado teme as diferenças e busca unificar e tornar idêntico por todos os meios (RAFFESTIN, 1993).

A heterogeneidade é tida de forma desfavorável aos olhos do Estado, uma vez que, segundo Raffestin (1993), o Estado prefere ver apenas uma face das coisas. Por outro lado, o autor assevera que “a geografia humana se constitui sobre o princípio da diferenciação espacial - entre outros-, a partir do qual alguns tentam ainda hoje construir uma axiomática” (RAFFESTIN, 1993, p.29). É nesse sentido que se deve entender que não existe homogeneidade de espaços, considerando que o próprio padrão geográfico é definido pela circulação e esta por ser mais numerosa detém o comando das mudanças de valor no espaço (SANTOS, 2006).

Como síntese histórica de investimento social, para Milton Santos (1996), o território assume extraordinária relevância teórica e prática, conforme sua concepção:

O território é a arena da oposição entre o mercado-que singulariza – com as técnicas da produção a organização da produção, “a geografia da produção” e a sociedade civil - que generaliza – e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas. Com a presente democracia de mercado, o território é suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações (SANTOS, 1996, p. 207).

Muitas vezes o homem, sem se dar conta impõe um esquema no espaço, pela sua simples presença. As culturas diferem bastante na elaboração dos esquemas espaciais, sobretudo pelo fato que em algumas culturas estes são rudimentares e em outras pode vir a ser uma moldura que integra quase todos os aspectos da vida (TUAN, 1986). O autor aponta para o fato que determinadas divisões e valores espaciais devem sua existência e representação ao corpo humano, e que a distância, um termo espacial, está profundamente ligada a termos que expressam relações interpessoais.

1.4 MIGRAÇÕES, TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE

Migrações são procedimentos de deslocamento de grupos populacionais dentro de um país ou entre países (emigração e imigração), define Ferreira (2002), cuja motivação pode ser a mudança de uma ou várias conjunturas econômicas que levam a migração parecer natural, vantajosa e até indispensável.

No caso de Juruena, os migrantes que se estabeleceram naquele território, levam consigo seus sonhos e anseios, sua cultura e seus acertos nos territórios de origem, assim como a identidade com o lugar em que viveram tantos anos, e, a partir dessa premissa se inicia um novo processo de construção de si e de saberes. Considerando-se o pensamento de Geertz (1978), de que o ser humano, em seu processo de construção de si, estabelece

sua identidade a partir da cultura em que está inserido, é possível compreender que a cultura tem um papel fundamental na estruturação do homem e, por conseguinte da sociedade em que este se encontra.

Não dirigido por padrões culturais — sistemas organizados de símbolos significantes — o comportamento do homem seria virtualmente ingovernável, um simples caos de atos sem sentido e de explosões emocionais, e sua experiência não teria praticamente qualquer forma. A cultura, a totalidade acumulada de tais padrões, não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela — a principal base de sua especificidade (GEERTZ, 1978, p. 59).

Quando se assimila a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o outro. Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. “A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros” (POLLAK, 1992, p. 5).

Seguindo o que assegurou Raffestin (1993), a identidade territorial é definida num contexto mais amplo e não no simples vínculo da sociedade com seu território. A identidade desponta como diferenciação na relação com o outro, identificando-se como ser e com seu mundo. Hall (1998), no entanto reconhece que há um enfraquecimento das identidades nacionais devido ao processo de globalização, já que não se pode negar seu caráter homogeneizante.

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até então visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 1998, p. 7)

Em linha com os estudos culturais, Hall destaca que as identidades locais precisam haver-se com o processo global, mas no sentido de uma negociação, muito pouco percebida por analistas anteriores. De fato, a hibridação e as pequenas negociações de poder fortalecem muito mais iniciativas e identidades locais do que se pensava até pouco tempo atrás. Advêm, apesar de muitas crises, impactos e problemas, um verdadeiro fortalecimento das identidades locais frente ao processo global e a criação de novas identidades.

1.5 AS MÚLTIPLAS CONSIDERAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO

Considerando as diversas vertentes e conceitos acerca do desenvolvimento, torna-se fundamental conceituar de modo bastante claro o que significa cada um deles. Pereira (1985) traz algumas considerações a respeito de desenvolvimento, que em suas palavras:

[...] é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. Na verdade, não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorializado, a não ser para fins de exposição didática [...]. O desenvolvimento, portanto, é um processo de transformação global (PEREIRA, 1985, p. 19).

O conceito de desenvolvimento, segundo Levy e Joyal (2011), manifesta-se em diversos significados, implicando ao mesmo tempo um processo, um fim, e uma série de aspirações humanas, mas que se constrói ao avesso de sua própria imagem: o subdesenvolvimento, ou ausência de desenvolvimento. Nasce por meio dessa visão, uma concepção contemporânea em que o desenvolvimento é resultante da transformação conceitual de uma antiga categoria, o progresso. O progresso, de acordo com Bauman (2007), já foi à manifestação mais extensa de otimismo e felicidade, mas se afastou fatalmente, indo para o lado oposto da sua proposição inicial, e em vez de assegurar a paz e o sossego, pressagia a crise e a tensão.

Ao discorrer sobre desenvolvimento no Brasil, Ávila (2000) observa que não restam dúvidas que o país cresceu materialmente nas últimas décadas, e qualquer brasileiro consciente percebe essa alteração. Contudo ele não se desenvolveu humana, cultural e socialmente, devido ao fato que nossos governantes, principalmente da alçada federal e estadual não demonstraram interesse ou são incapazes de interagirem com o povo. Enquanto o crescimento econômico é caracterizado por aspectos tipicamente quantitativos, o desenvolvimento envolve muitas outras dimensões, que são referentes tanto à qualidade do processo de evolução econômico-social quanto à amplitude participativo-beneficiária de toda a população por ele compreendida. O desenvolvimento econômico por si só, não significa desenvolvimento, embora a análise de abrangência nacional, estadual e municipal do Produto Interno Bruto (PIB), da renda per capita assim como de outros indicadores parecidos aponta se houve ou não crescimento do ponto de vista econômico.

Nos aportes de Pereira (1985), a medida usual do desenvolvimento econômico é o aumento da renda per capita. Quando ela aumenta, mas não há transformação na economia, porque não aumenta a produtividade de toda ela, mas apenas um enclave de baixo valor adicionado per capita, não ocorre nem desenvolvimento nem crescimento. Segundo o autor, a regra que ocorre historicamente é que, em sua maioria, o aumento da renda per capita provoca transformações estruturais na economia e na sociedade.

O desenvolvimento não é resultado linear do crescimento, afirma Franco (2010). No processo de desenvolvimento, o alvo central é o ser humano, como ator e criador de suas vitórias ou fracassos, pois no desenvolvimento se requer que cada um se torne o responsável pelas suas vitórias e influencie ao seu redor como fonte de mudanças, de dinamização tecnológica, evolução cultural e de equilíbrio ambiental. Para que isso aconteça, é preciso enxergar o homem com a sua integridade como pessoa humana e agente de equilíbrio em seu meio (ÁVILA, 2000).

Após algum tempo, dialogando sobre o Desenvolvimento Local, Ávila (2001) pontuou, em vistas dos aportes fundamentais do capitalismo moderno, cujo desenvolvimento consiste predominantemente como processo de transformação econômica e que toda a transformação social seja consequência dessa transformação, que tal processo não se comprova do ponto de vista histórico, nomeadamente nos países subdesenvolvidos e/ou em via de desenvolvimento (ÁVILA, 2001):

Pelo contrário, o aumento de riqueza econômica não concebido, produzido e partilhado pela base populacional desses países, dentre eles o Brasil, ao invés de gerar e alavancar a qualidade de vida de sua gente a tem agravado de maneira contínua e brutal, evidentemente no sentido dos segmentos populacionais de base para os de elite: a camada pobre ficando cada vez mais carente e a média sempre mais compelida a arcar com os ônus de sua própria existência mas tendo, ainda, que amenizar os sofrimentos da pobre e sustentar o contínuo enriquecimento da alta camada em processo de elitização sempre maior. Então, o que nos parece lógico é que as duas frentes de desenvolvimento -a social e a econômica- andem interativamente juntas, a social potencializando as pessoas para se tornarem sujeitos e agentes inclusive da econômica e a econômica ensejando sustentação material e apoio instrumental ao alavancamento da social no curso da cadeia processual, disso resultando, aí sim, partilhada quantidade-com-qualidade em todas as dimensões de concretude da vida humana: saúde, higiene, salubridade, trabalho, segurança, educação, moradia, lazer, cultura, iniciativa, criatividade, e congêneres (ÁVILA, 2001).

Franco (2010) observa que o mundo humano-social é uma configuração móvel e complexa entre pessoas e grupos de pessoas agregadas em múltiplos arranjos locais e setoriais, compostos por famílias, vizinhanças, comunidades, regiões, cidades e organizações. Segundo o autor, o problema da questão econômica é que ela é reducionista, em que a ansiedade do mundo depende do modo de produção e se concentra suas forças em antecipar a nova forma de capitalismo que virá, mas lamentavelmente se esquece de perguntar sobre a nova forma de sociedade que surgirá. Isso talvez se deva ao fato da resiliência com a crença economicista, de que existe algo como uma estrutura econômica que origina uma superestrutura da sociedade, conclui.

Na literatura recente que discute as questões relativas ao desenvolvimento comparece uma crítica cada vez mais forte da ideia de que o desenvolvimento é um objetivo a ser perseguido a partir de uma política centralizada, orquestrada de preferência a seguir um centralismo cultural e que haja a maximização do lucro industrial. Entre os críticos dessa ideia encontram-se os propositores do pensamento descolonial (MIGNOLO, 2008), e a proposição da crítica lança a pergunta sobre a gênese do ideário do desenvolvimento.

Em breves palavras, existe uma linha criticando as ideias sobre o desenvolvimento a partir do que seria um viés excessivamente abstrato – às vezes denominado como sendo “economicista” (ELIZALDE, 2000); outra, criticando as ideias sobre o desenvolvimento a partir da proposição hegemônica de um único modelo, que força o mundo extremamente complexo a entrar em regimes fortes de contenção, para caber em camisas-de-força produzidas nos países centrais (CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, 2007); outra, ainda, que caminha por baixo das duas perspectivas, busca alternativas para a proposição de outros caminhos de pensamento e de proposição de ações, e, sobretudo, de políticas de desenvolvimento, entendidas em sentido multiescalar e multicultural (BRAND, 2001; HALL, 2006).

Pontuando a questão do desenvolvimento, Vicente Fideles de Ávila mostra que nas décadas de 1960/1970 muito se investiu em estratégias para melhorar as condições infraestruturais dos países subdesenvolvidos, como o Brasil. Mas o que gerou na verdade foram efeitos contrários ao desenvolvimento de fato no âmago da base populacional. “Os investimentos geridos arbitrariamente concentraram a economia em áreas e pessoa privilegiadas, sobrando ao resto da população o pesadíssimo jugo da dívida com suas amargas e indelévels consequências de deterioração social” (ÁVILA, 2000).

O desenvolvimento é sempre o aparecimento do que não existe, é uma fórmula nova, que cada localidade deve encontrar para se expressar no mundo. Mas é preciso que as pessoas aprovem isso, tenham orgulho de pertencer àquela comunidade e gostem de viver (FRANCO, 2002). De acordo com Le Bourlegat (2011) não existem soluções prontas para o desenvolvimento de um território, mas existem alguns princípios que podem ampliar o campo de poder dos territórios, como por exemplo, a natureza integrada do desenvolvimento territorial, em que se encontra embutida a ideia de solidariedade e diversidade de atores, gerando dessa diversidade integrativa dos participantes do empoderamento dos territórios. Segundo a autora, um segundo princípio do desenvolvimento local vem ao encontro da visão de fortalecimento da identidade territorial:

As ações solidárias geram uma cultura de particular de valores e representações simbólicas, ao mesmo tempo em que fortalecem a coesão e identificação do grupo ou da coletividade. É nessa inter subjetividade e relação corporal com o local que se revela o sentimento de pertença ao grupo/coletividade e ao lugar de vida. A identidade funciona, em grande parte, como a energia potencial na produção do campo de forças sociais em processo de desenvolvimento local e pode significar ampliação do comprometimento e do protagonismo frente as estratégias de desenvolvimento local. (LE BOURLEGAT, 2011, p. 120).

Ávila (2000) pontua que o desenvolvimento local consiste essencialmente no desabrochamento das capacidades e habilidades identificadas em uma determinada comunidade, claro que com interesses comuns e situada em um território ou local com identidade social e histórica, portanto, possibilita que ela mesma possa se tornar apta a planejar, controlar e avaliar o aproveitamento das potencialidades próprias, objetivando, de forma processual, a busca de soluções para os problemas de toda ordem e natureza, que lhe diz respeito cotidianamente.

Diante da situação até então analisada, verifica-se o quanto é complexo pensar em desenvolvimento local sem antes compreender o que significa desenvolvimento e suas principais teorias e vertentes. Esse embasamento permite uma reflexão acerca do proposto nessa pesquisa, que é entender a evolução de um lugar a partir de seus agentes de desenvolvimento.

2 HISTÓRIA E MEMÓRIA DE COLONIZAÇÃO

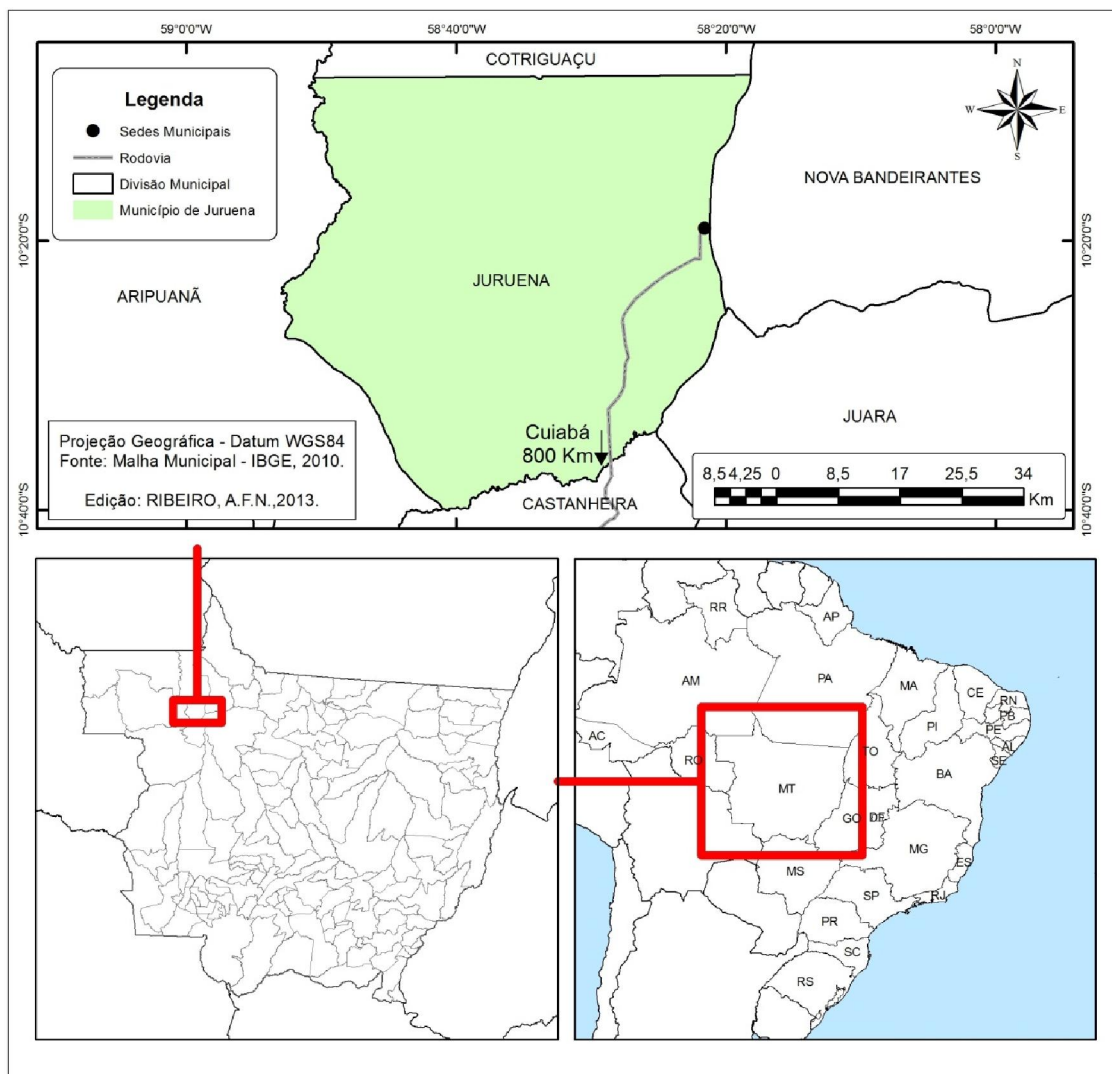
No segundo capítulo apresentam-se os processos de colonização praticados em Mato Grosso, e consequentemente, em Juruena, amparados pela literatura que aborda a temática, assim como as narrativas dos primeiros migrantes.

2.1 POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO EM MATO GROSSO

As formas de uso da terra e dos recursos do território têm mostrado que o acesso a terra apresenta demandas históricas construídas nas quais as questões do trabalho e as estratégias de sobrevivências vêm se colocando como aspectos de crucial importância para a definição de um traço de lutas existentes no Brasil (CARRIL, 2006, p.158).

Devido à necessidade de compreensão do lugar ora apresentado, e objetivando a visualização da região objeto de pesquisa de tal modo que constitua seus limites e fronteiras, inseriu-se um mapa geográfico da região em discussão, conforme Figura 1. Dessa forma, é possível uma melhor abrangência sobre o espaço pesquisado.

Figura 1 – Localização de Juruena no Estado e no País.



No início do Século XIX, mais precisamente em 1824, iniciou-se o processo de colonização no país por meio de imigrantes europeus, primeiramente alemães, que passaram a ocupar a Colônia de São Leopoldo, no Rio grande do Sul (BARROZO, 2008). Vários núcleos de imigrantes europeus foram criados pelo governo imperial durante o século XIX, no Rio de Janeiro (Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis), no Rio Grande do Sul (Caxias e Farroupilha), em Santa Catarina, em São Paulo e no Espírito Santo.

O fluxo migratório se intensificou a partir de 1870, indo até as primeiras décadas do século XX, quando imigrantes de várias nacionalidades vieram para o Brasil (italianos, portugueses, japonês, eslavos e outras nacionalidades) e passaram a trabalhar nas

fazendas de café como colonos, uma vez que o governo tinha em seu planejamento financiar o transporte dos migrantes europeus e instalá-los nas colônias, assegurando assim, que uma parte deles trabalhasse nas fazendas e outra parte nas colônias do Sul do país. O auge do movimento migratório no Brasil aconteceu no início do século XX, com a vinda dos japoneses para os Estados de São Paulo e Paraná, a partir de 1908 (BARROZO, 2008).

Em sua construção teórica Raffestin (1993) evidencia que combinações de diferentes estratégias costumam ser empregadas pelo Estado para restringir ou facilitar a mobilidade da população em determinadas regiões. Moreno (2007) destaca quais medidas foram usadas pelo governo português para ater a população na fronteira, concedendo diversos privilégios, como por exemplo: a isenção do pagamento de dízimos, assim como a suspensão por três anos das dívidas adquiridas pelos que viessem se instalar na região.

Até as vésperas da Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), na presidência de Getúlio Dorneles Vargas, houve uma queda do movimento migratório europeu para o Brasil. Por motivações interna e externa, em especial na Itália e Alemanha, sob os governos de Mussolini e Hitler, os governos criaram restrições para a imigração, e, sobretudo, com a melhoria da situação social e econômica local (BARROZO, 2008).

Sobre a sistemática da migração utilizada pelos governos, Suess (2000) tece a seguinte análise:

A migração representa uma crítica radical ao sistema capitalista, cujo sistema de produção é capaz de eliminar a penúria, mas cujo sistema de acumulação que visa a privilégios sociais, é indisposto a redistribuir seus produtos para todos. Por sua meta de acumulação de lucro através de uma produção crescente, sempre mais acelerada, transforma uma determinada parcela de cidadãos e moradores em migrantes para regiões privilegiadas que dominam o processo de produção globalizada. O migrante é obrigado a abandonar seu território, que já não garante mais a sua sobrevivência. Na região onde termina a sua migração, cultural e socialmente desenraizado, torna-se produtor de mais-valia e lucro para grupos anônimos de acionistas na bolsa de valores. Assim alimenta o sistema que está na origem de seu sofrimento (SUESS, 2000, p.6).

No que tange à imigração estrangeira, durante o início do primeiro governo de Getúlio Dorneles Vargas (1930 a 1945), criaram-se limites e se estabeleceram cotas para a entrada de imigrantes de cada nacionalidade. Em contraponto, o governo realocou o fluxo

migratório do Nordeste para o Centro-Sul do Brasil. Em 1940, o fluxo migratório se voltou para os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, de forma que os trabalhadores nacionais passaram a substituir a mão-de-obra estrangeira nas fazendas de café e algodão de São Paulo (BARROZO, 2008).

Quando refere-se ao acesso à terra em Mato Grosso, Moreno (2007) destaca que o feito contemplou formas históricas, ligado aos diversos momentos do processo de formação e ocupação do território nacional, cujo aparato jurídico político era destinado a dar apoio à lógica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Em seu diálogo sobre a formação territorial em Mato Grosso no período colonial, Moreno (2007) traz apontamentos referentes à constituição dos povos no referido Estado: [...] O movimento bandeirante, via oeste, foi responsável pela descoberta das minas e Coxipó e do Cuiabá, pelo incremento do povoamento da região, assim como estimulou o comércio e o abastecimento dessa zona aurífera através das monções que partindo do rio Tietê (Araraitaguaba, hoje Porto Feliz), atingiram o Rio Cuiabá (MORENO, 2007, p. 33). Dessa forma, essa aquavia passou a ser utilizada por todo o período colonial, juntamente com a estrada de terra, por Goiás.

O centro de decisão e controle da produção irradiava da capitania de São Paulo, da qual Mato Grosso fazia parte (1719-1748), e durante meio século a estrutura do poder em Mato Grosso limitou-se aos sítios auríferos, produto da própria ação de expansão de fronteira implantado pelos bandeirantes paulistas. Conhecendo as potencialidades auríferas da região, a Coroa Portuguesa utilizou-se de vários desdobramentos e esquemas políticos e administrativos visando controlar as minas recém-descobertas. Para tal, precisou enfraquecer as alianças locais, que até o momento eram exercidas por Pascoal Moreira Cabral, um dos descobridores das jazidas e detentor do poder econômico e ascendência política sobre a população mineira, sem falar em seu prestígio na cidade e capitania de São Paulo (MORENO, 2007).

Devido à opressão fiscalista e o aumento das migrações até o Alto Guaporé, encostando as fronteiras espanhola e portuguesa, pensando em evitar a perda de territórios conquistados, o governo lusitano desmembrou da capitania de São Paulo as minas cuiabanas e as da região do Guaporé (nomeadas Minas do Mato Grosso). Assim a Capitania de Mato Grosso atuaria como guardião da fronteira oeste, uma vez que representava o “antemural da colônia”, devendo-lhe garantir a posse do território por meio da fixação de população. Então foi arquitetada a sede da capitania de Mato Grosso no vale

do Rio Guaporé, sob a denominação de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752 (MORENO, 2007).

Em tempos mais recentes, na década de 1970, sob os olhos do Governo Militar foi lançada a operação Amazônia, cuja proposta principal era atacar de diversas maneiras os problemas da região, criando assim, órgãos e programas federais, que segundo Barrozo (2008) se destacaram: A Superintendência do desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); O Banco da Amazônia (BASA); O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrário (INCRA); O Polo da Amazônia (POLAMAZÔNIA); O polo do Noroeste (POLONOROESTE); O Polo dos Cerrados (POLOCENTRO) e O Programa da Borracha (PROBOR).

Assim, torna-se necessário explicar brevemente o que significa cada programa e a forma de atuação de cada um, lembrando que alguns desses programas, inicialmente criados para dar suporte aos problemas desenvolvimentistas da região, passaram por algumas reformulações, ou deixaram de existir.

Em substituição a Agência Nacional da Amazônia (ADA), foi criada em 2007 a nova SUDAM, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio da Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e com o Decreto nº 6.218, de 4 de outubro de 2007, aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e suas Funções Gratificadas. Assim, a SUDAM passou a ser uma Autarquia Federal, ligada ao Ministério da Integração Nacional, cuja missão institucional é promover o desenvolvimento includente e sustentável da Amazônia, certificando a erradicação da miséria e a redução das desigualdades regionais¹.

O Banco da Amazônia (BASA) tem a missão de promover o desenvolvimento da região amazônica e é a principal instituição financeira federal de fomento. Possui papel relevante tanto no apoio à pesquisa quanto no crédito de fomento, respondendo por mais de 60% do crédito de longo prazo da Região. O Banco se articula com diversos órgãos vinculados ao Governo Federal, Estadual e Municipal, através de parcerias com diversas entidades, universidades, Sebrae, organizações não-governamentais ligadas ao fomento sustentável e aquelas representativas dos diversos segmentos do empresariado e dos pequenos produtores rurais².

¹ INSTITUCIONAL. <http://www.sudam.gov.br/sudam>. Acesso em 17 de março de 2013.

² INSTITUCIONAL: o banco. <http://www.basa.com.br/>. Acesso em 17 de março de 2013.

O Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) atuante em todo o país tem como Missão e Visão programar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, bem como ser referência internacional de soluções de inclusão social, respectivamente.

O Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) foi executado durante os anos 1980, com recursos do Governo brasileiro e do Banco Mundial, sob a coordenação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e abrangeu a área de influência da rodovia BR-364, entre Cuiabá (MT) e Porto Velho (RO), e teve como objetivos principais contribuir para a maior integração nacional, visando a adequada ocupação demográfica da região noroeste do Brasil, absorvendo populações economicamente marginalizadas de outras regiões e proporcionando-lhes emprego. Pretendia aumentar a produção da região e a renda de sua população, assim como diminuir as disparidades de desenvolvimento e assegurar o crescimento da produção em harmonia com as práticas de preservação do sistema ecológico e de proteção às comunidades indígenas³.

Na época, por meio desses programas se pretendia viabilizar a ocupação produtiva e a integração da Amazônia e do Centro-Oeste ao restante do país. A região era considerada pelo Governo um vazio demográfico, em que a Amazônia era despovoada e onde pouco se produzia além de não estar integrada ao Brasil (BARROZO, 2008). Durante o Regime Militar, visando o desenvolvimento regional foi criada a Superintendência da Amazônia, com o objetivo de controlar a ação federal na Amazônia legal (Acre, Amapá, Amazonas e Mato Grosso). Porém a Amazônia sofreu uma visão negativa a seu respeito, pois a antiga SUDAM trabalhava com o ideário de vazio demográfico e que não morava ninguém ali, uma vez que a maioria dos povos que habitavam essas terras era indígena.

Em uma análise a partir da década de 1970, sobre o processo de ocupação e da distribuição privilegiada da terra, com vistas à produção e acumulação capitalista, Moreno (1994) discorre sobre a Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT), cuja criação se deu em 1971, com o objetivo principal de dar continuidade e promover o processo de colonização no estado até então efetuado. Em 1972 aconteceu a primeira alienação de terras devolutas no município de Aripuanã, situação que visava angariar fundos para investimentos em obras de infraestruturas, como a construção do novo Centro

³PROGRAMA POLONOROESTE. <http://www.machadinho.cnpm.embrapa.br/conteudo/polono.html> Acesso em 17 de março de 2013.

Político Administrativo (CPA) em Cuiabá, capital do Estado. Destaca-se, que neste momento o discurso de separação de Mato Grosso que só vai se concretizar na segunda metade da década já era franca, e os investimentos na modernização da esfera político-administrativa da capital Cuiabá eram alimentados por essa expectativa.

Em busca de uma interpretação sobre as coordenadas mais gerais e não apenas de forma localizada, principalmente na esfera da produção de uma identidade política e cultural para Mato Grosso, Heinst (2003) faz uma reflexão sobre alguns aspectos presentes na época da ditadura militar, quando palavras como desenvolvimento e crescimento, nomeadamente o econômico, circulavam freneticamente pelo país, em sua totalidade. Mais que isso, buscava-se uma força propulsora que elevasse a imagem do Brasil como um país predestinado a crescer e a se modernizar. Logo, mostrar que os territórios eram integrados tornou-se parte fundamental dos discursos, pois naquele momento, era necessário que todos os Estados mostrassem e acreditassem, para si e para o restante do país, que eram partes importantes e integrantes de todo o território nacional, em conformidade com o ideário político dos povos: segurança nacional, desenvolvimento e integração.

Retorna-se então ao ideário do discurso de Truman, presidente dos Estados Unidos da América, (com o mandato presidencial de 1945 a 1953) país ao qual o Brasil aliou-se desde aquela época, tornando-se um importante parceiro comercial para eles, e herdando muita coisa também: modelo tecnológico de universidade; estilo de industrialização puxada pela indústria automobilística, o poder mecânico, entre outros.

Em seu discurso de posse em 1949, qualificou a maior parte do mundo como subdesenvolvida e apontou o progresso técnico e científico como forma de melhorar decisivamente o bem estar das pessoas: “[...] devemos embarcar em um audacioso novo programa que seja capaz de popularizar o acesso aos benefícios do nosso avanço científico e progresso industrial, para a melhora e crescimento de áreas subdesenvolvidas” (TRUMAN, 1949, p.43). Verifica-se, nesse discurso, a disseminação de um modelo de Estado homogêneo, como já referendou Raffestin. Ou seja, fica claro uma forma de pensamento com propostas universais, sem considerar as complexidades ou o contexto de cada país ou região.

Assim, tornou-se imperioso para Mato Grosso alavancar uma imagem de espaço de incontáveis possibilidades de desenvolvimento (HEINST, 2003). E nessa luta pela memória em que a responsabilidade na construção da história do país, é apresentada como missão histórica, pelas autoridades políticas estaduais, especialmente depois da divisão do

Estado, visto que os braços de ferro do Estado tentavam a todo custo estimular estes contingentes de pessoas a se dirigirem para Mato Grosso.

Considerando a questão da terra em Mato Grosso, Lenharo (1986) aponta em seu texto tal aspecto, frisando que primeiramente abriu-se espaço para o colono do sul, branco, de origem europeia, preferido em relação ao nacional, em regra de origem nordestina. Assim, estampavam-se as propagandas das terras e as facilidades em adquiri-las em jornais, tanto na capital do Estado de São Paulo quanto em cidades do interior, onde eram encontrados anúncios tentadores.

2.2 ARIPUANÃ E JURUENA: DE DISTRITO A MUNICÍPIO

O município de Aripuanã, situado ao extremo noroeste de Mato Grosso, nasceu em 1943, fruto da fundação do território do Guaporé em um acerto de limites entre ambos. A partir desse episódio, toda a região do distrito de Tabajara passou a pertencer ao Guaporé e com ela a localidade de Angustura, que se tornou sede de Aripuanã. Na época, a densidade demográfica dessa região era inferior a 0,1 hab./km², contando com os índios, sendo que até meados da década de 1980, era a região que tinha a mais baixa densidade demográfica da Amazônia Legal. Aripuanã tinha uma área de 105.197,11 km² em 1980, com uma população que ali residia de 13.985 habitantes e uma densidade demográfica de 0,14 hab./Km², passando em 1986 para 0,22 hab./Km². A cidade de Aripuanã surgiu em 1966, como atual sede, ao lado das cachoeiras de Dardanelos e Andorinhas (JOANONI NETO, 2008).

Segundo o autor supracitado, Em 1968 a região passou a ser metodicamente explorada por meio de projetos oficiais e equipes indo a campo para analisar as potencialidades madeireiras, extrativistas, minerais entre outras eventuais riquezas. Fora dos eixos das BRs 364 e 163, a região foi menos atingida com o assédio das empresas particulares de colonização, e o Estado por meio da CODEMAT deu o primeiro passo, abrindo caminho para a iniciativa privada.

Posteriormente houve o repasse por parte do governo estadual de dois milhões de hectares considerados devolutos para essa companhia, que começa a atuar junto a empresas particulares, com o intuito de atrair investimentos para a região, assim como a construção da malha viária dessa região, por meio de convênios firmados com a SUDECO e a CODEMAT.

Devido a focos de conflitos em alguns municípios de Mato Grosso, a CODEMAT começou a atuar nessas áreas demarcando terras e realizando levantamento topográfico. Ela passou a ser o órgão gestor e executor da colonização estadual em Mato Grosso, com enorme domínio sobre o poder fundiário. Pela Lei n. 3.307 de 18 de dezembro de 1972, o governo de José Manoel Fontanilhas Fragelli, com autorização do senado federal por meio da Resolução n.3, de 3 de abril de 1973, transferiu para a empresa a maior área de terras devolutas até então presentes no município de Aripuanã. Ou seja, uma área de 2.000.000 hectares de terras para que ela promovesse o desenvolvimento da região, criando Fundação de colônias agrícolas estaduais; alienação para Companhias de Colonização, com fins destinados a colonização; alienação para implantação de projetos agropecuários ou industriais aprovados pela Sudam e financiados pelos programas de incentivos fiscais (PÓVOAS, 1977).

Na tabela 1 são apresentadas as áreas de terra alienadas em Aripuanã.

Tabela 1 – Alienação das terras de Aripuanã – empresas colonizadoras vencedoras da licitação 3/73

Empresas	Área (Ha)	Valor (Cr\$)
Colniza S. A.	400.000	22.000.000,00
Rndanyl S.A.	1.000.000	50.000.000,00
Indeco S.A.	400.000	20.000.000,00
Juruena S.A.	200.000	10.000.000,00

Fonte: MORENO, 2007.

Em vista do exposto, a região noroeste mato-grossense passou a ser vista como polo privilegiado para alocação de projetos específicos desenvolvidos pelo Governo Federal, em busca de desenvolvimento e integração. Dessa forma, a região noroeste recebeu recursos de dois dos três polos do Projeto Polo-Amazônia destinados ao Mato Grosso: um em Aripuanã e outro em Juruena (JOANONI NETO, 2008). Contudo, Moreno (2007) afirma que a atuação da CODEMAT na região de Aripuanã abriu outras possibilidades, como a expansão de patrimônios individuais com fins especulativos, como também a expansão de propriedades pequenas por meio da colonização oficial e particular, em diversas cidades como Juína, Alta Floresta, Juruena, Cotriguaçu e Colniza, hoje municípios emancipados. Nas palavras da autora demonstra-se o ocorrido nesse processo:

[...] nesse processo também houve abusos na apropriação das terras devolutas, como o favorecimento a grupos especuladores, com a possível participação de funcionários na distribuição das terras, que não ficavam imunes às pressões e influências desses grupos e seus aliados (MORENO, 2007, p. 147).

Conforme Póvoas (1977), até a década de 1970, o município de Aripuanã possuía uma extensa área (145.210 km²) coberta de matas e ocupada por diversos povos indígenas,

como os Apiaká, Munduruku, Kayabí, Nambikwara, Tupi-Mondé e Arara. O município abrange hoje 62.859,25 km², e nele vivem os povos Tupi-Mondé e Arara. De sua antiga extensão territorial originaram os seguintes municípios: Alta Floresta, Apicás, Castanheira, Cotriguaçu, Juína, Juruena, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde e Paranaíta.

2.3 ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE JURUENA

O município de Juruena foi criado pela Lei Estadual n. 5.313, de 4 de julho de 1988, publicada no Diário Oficial da União 04.07.88, *in verbis*:

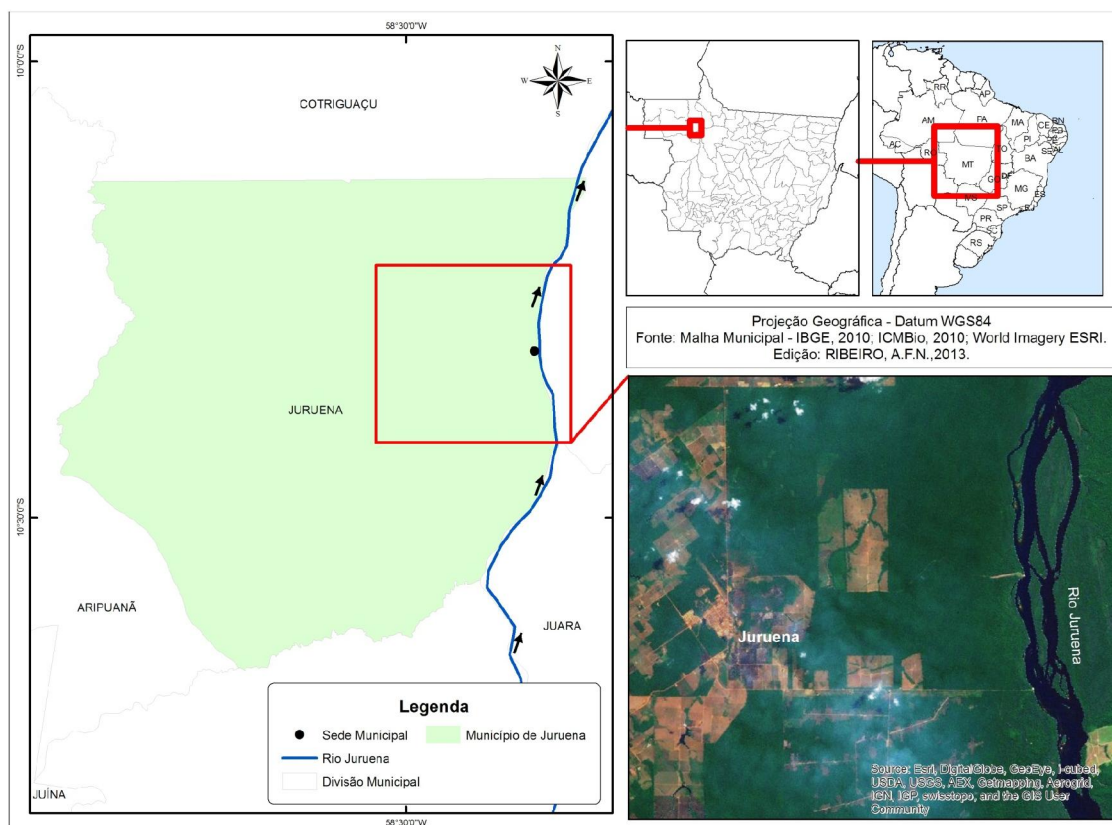
Artigo 1. Fica criado o Município de juruena, desmembrado do Município de Aripuanã.

Artigo 2. O Município ora criado é constituído dos distritos sede e de Cotriguaçu, cujos limites são os seguintes: Tem como ponto inicial e final a barra do rio Tucanã, no rio Juruena; rio Tucanã acima até a ponte sobre a Rodovia MT-420; prossegue sobre a dita rodovia até o rio Canamã, por este abaixo até a barra do igarapé Vacacaí; sobe por este até a sua cabeceira; daí por um a reta a cabeceira do igarapé do Sul; desce por esse até sua barra no igarapé do Natal; sobe por este a barra do igarapé açai, [...]; por este acima até sua cabeceira na serra são João da Barra; seguindo pela referida serra no sentido noroeste até encontrar a linha de divida interestadual Mato Grosso/Amazonas; prosseguindo pela divisa no sentido Leste, até a barra do rio Tucanã, ponto de partida⁴.

Como se pode inferir, o documento acima busca indicar a data exata da criação do Município de Juruena, e de forma precisa, a delimitação físico-geográfica deste, que até então era distrito da cidade de Aripuanã. A escolha do nome do povoado se deu em homenagem ao rio Juruena, importante rio do Estado do Mato Grosso que banha o município, conforme a figura 2.

⁴ Texto da ata da Fundação de Juruena. Arquivo da Prefeitura Municipal de Juruena.

Figura 2 - Rio Juruena



Nessa esteira de discussão e referindo-se à concepção de um novo lugar, Milton Santos (2001, p.35) indaga se há possibilidade de se saber qual é a idade de um lugar, nesses termos:

Pode-se falar em "idade" de um lugar? A propósito desta ou daquela cidade nascida com a colonização é frequente ler que foi fundada em tal ou tal ano [...], esta é a data do seu nascimento jurídico, e daí por diante sua data cívica de aniversário.

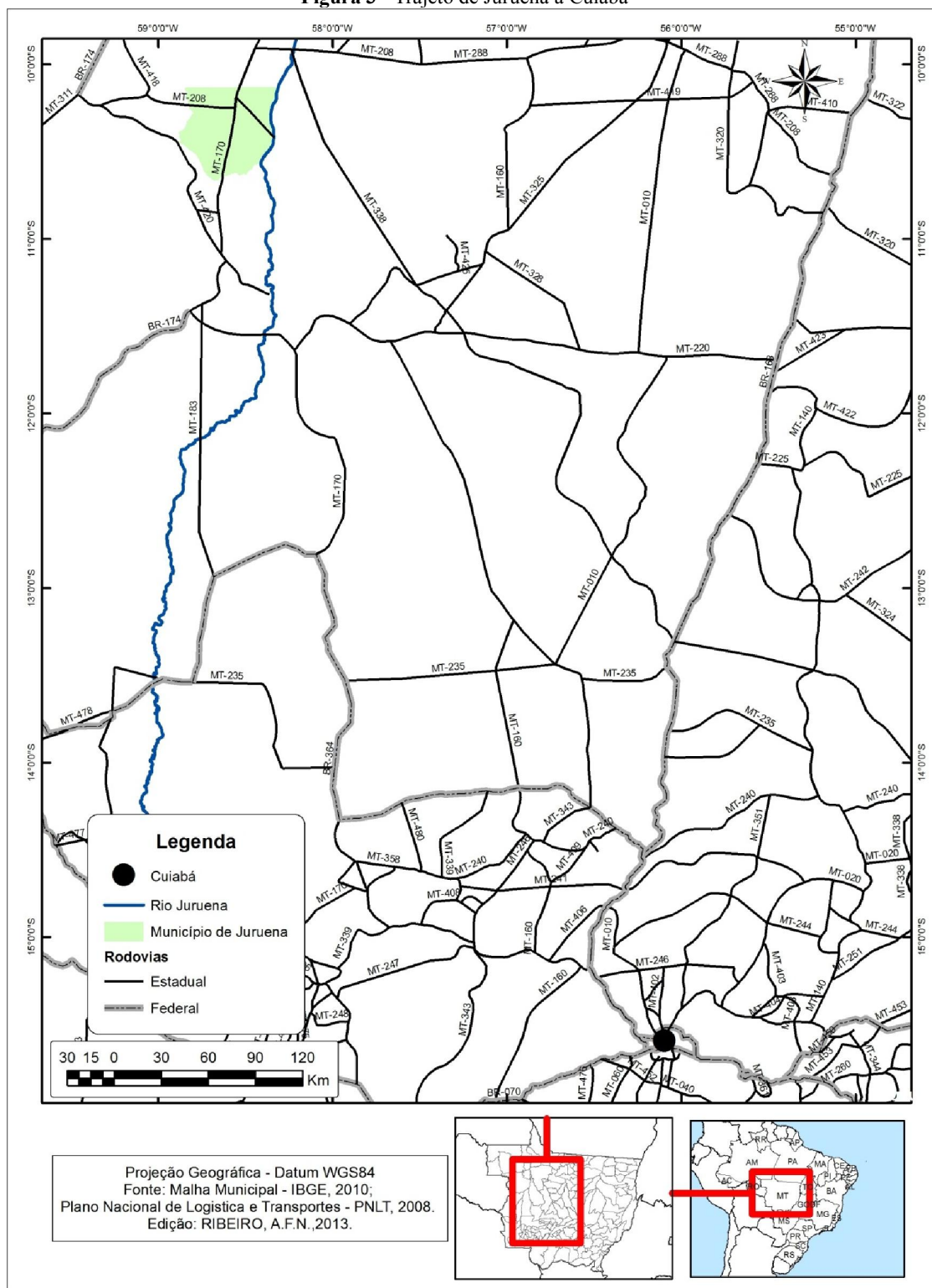
Tal indagação tem como motivação entender se é possível discorrer a respeito da criação de um lugar usando apenas critérios geográficos ou, de forma ainda mais restritiva, critérios referidos a estilos econômicos específicos. Segundo o autor acima referido, a materialidade artificial pode ser datada por meio das técnicas, e elas são um feito histórico, por isso é possível saber o momento de sua origem, seja em escala de datação de um lugar ou de mundo. Santos (2001) destaca que é o lugar que atribui as técnicas o princípio da realidade histórica e que a junção de todas essas técnicas dão a estrutura de um lugar.

Contudo, além da data de criação e origem de um lugar, é preciso entender e se inquietar com o início dessa ocupação, como tudo começou e como foram feitas essas aquisições de áreas de terras.

Situada ao noroeste do Estado do Mato Grosso, Juruena é uma cidade com uma população de 11.201 habitantes⁵ (IBGE, 2007) e fica a 893 quilômetros da capital, Cuiabá. Como dito anteriormente, o município foi criado em 04 de julho de 1988, porém antes disso, em 1978, foi fundada a Vila Juruena por meio de um Projeto de Colonização promovido pela Colonizadora Juruena Empreendimentos. Esse trajeto percorrido, que liga Juruena à capital do Estado, Cuiabá, visualiza-se na figura 3.

⁵ IBGE. Censo 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=510517>. Acesso em 12 de março 2013

Figura 3 - Trajeto de Juruena à Cuiabá



As rodovias federais e estaduais utilizadas pelos grupos no período de migração para Juruena, em grande parte não eram asfaltadas, o que dificultava a chegada dos grupos à Juruena. Por esse motivo, o número de dias que levavam para chegar até seus destinos era muito maior do que normalmente levariam.

Em junho de 1980, a vila Juruena passou a contar com 83 moradores, em sua maioria migrantes do sul do país. O aumento do número de moradores impulsionou a construção do primeiro hotel da cidade, a primeira escola e o hospital municipal, e após algum tempo, em 1985, possibilitou a eleição dos primeiros representantes políticos do então distrito de Juruena. Devido ao aumento gradativo da população, gerou maior peso político e representatividade na Assembleia Legislativa do Estado, ocasionando, então, a emancipação política de Juruena.

Contudo, antes desses grupos migrarem para Juruena, os primeiros povos que habitavam essas terras eram os Rikbaktsa⁶, habitantes da bacia do Rio Juruena e chamados de canoeiros do rio Juruena. Arruda (2003) explica que eles vivem em três terras indígenas na mesma região: a Terra Indígena Rikbaktsa, a Terra Indígena Japuíra e a Terra Indígena Escondido, num território de aproximadamente 320 mil hectares de mata amazônica, e mais de 30 aldeias localizadas ao longo dos rios Juruena, Sangue e Arinos, que circundam seus territórios. Apesar do contato com a sociedade, ainda existem vestígios de índios desconhecidos, que levam a suspeita de existência de Rikbaktsa até os dias atuais.

Em decorrência de sua situação locacional, caracterizada como área de fronteira agrícola com intenso fluxo migratório (SOUZA, 2002), a cidade de Juruena, também enfrentou os processos colonizadores da época, assim como outros municípios mato-grossenses, pois a intenção do Governo era assentar até 1980, um milhão de famílias na Amazônia.

Quanto ao processo de colonização da região mato-grossense, Lenharo (1986) discorre sobre os métodos de colonização utilizados, elucidando a forma de atuação das colonizadoras e como acontecia a divulgação das áreas de terras devolutas, bem como as facilidades encontradas em adquiri-las por particulares ricos, e que, futuramente,

⁶ Sua autodenominação – Rikbaktsa- significa os seres humanos. Rik é pessoa, ser humano; bak é um reforço de sentido e tsa é o sufixo para a forma plural. Também são conhecidos regionalmente por Canoeiros, por referência à sua habilidade no uso de canoas ou, mais raramente, são chamados de orelhas de pau, pelo uso de enormes botoques feitos de caixeta, introduzidos nos lóbulos alargados das orelhas. São falantes de uma língua isolada, do tronco linguístico macro-jê e sua sociedade divide-se em duas metades, a da arara amarela e a da arara cabeçuda. Cada metade, por sua vez, é dividida em vários clãs. O casamento entre membros da mesma metade é considerado incestuoso (ARRUDA, 2003, p.1).

explorariam outros compradores. Ou seja, era dada preferência à chamada “Colonização Particular”, de modo que as terras não fossem transferidas do Estado a agricultores, pois se utilizando desse artifício, poderiam explorá-los por meio do seu trabalho no campo.

Na realidade, as terras foram entregues a indivíduos que pretendiam explorar os próprios agricultores que desejavam a terra para trabalhar e produzir seu sustento (LENHARO, 1986). O que se passava era uma situação de emergência, a de vender as terras devolutas de Mato Grosso a particulares (HEINST, 2003). O processo de colonização então nascente tornou-se o resultado de um “planejamento” do Governo, objetivando atender a uma contingência.

Os primeiros migrantes que chegaram a Juruena foram atraídos pela propaganda governamental da necessidade de “integrar a Amazônia”, e pela necessidade de abertura de novas fronteiras produtoras. Essas pessoas venderam suas propriedades e migraram para o Mato Grosso, Estado de terras férteis, boas águas e madeira abundante (SOUZA, 2002). E as propagandas tinham um alto poder de influência na decisão desses colonizadores, como menciona a senhora Teresa⁷: “A gente teve a ideia de vir para Juruena por que apareceu alguém fazendo uma propaganda numa imobiliária que aqui as terras eram boas e baratas”.

Os anúncios sobre essas terras eram encontrados em jornais de maior circulação em Mato Grosso e em outros Estados (HEINST, 2003), com propagandas que apresentavam o Estado como uma região de terras férteis à espera de trabalhadores que almejavam prosperar.

Em Julho de 1979, chegou a Juruena o primeiro colono, senhor Orlando Borges da Silva (*in memoriam*), vindo do Paraná com sua família, e em seguida deu-se a chegada sucessiva de mais colonos (SOUZA, 2002). O termo colono, utilizado por Souza, tem em Zart (1998, p.11), a seguinte concepção: “[...] os agricultores que migram para regiões ainda despovoadas com o objetivo de conquistar um pedaço de terra e se reproduzir enquanto categoria social”.

Dentre os colonos, surgiram os donos de mercado, bares, lojas e lanchonetes, também atraídos pelas propagandas e os “encantos” que representava a aquisição de terras em Juruena.

Além da propaganda sobre as terras, existiam outros atrativos oferecidos pela Colonizadora e que contribuíram na decisão de compra das terras. Ela pretendia assentar os

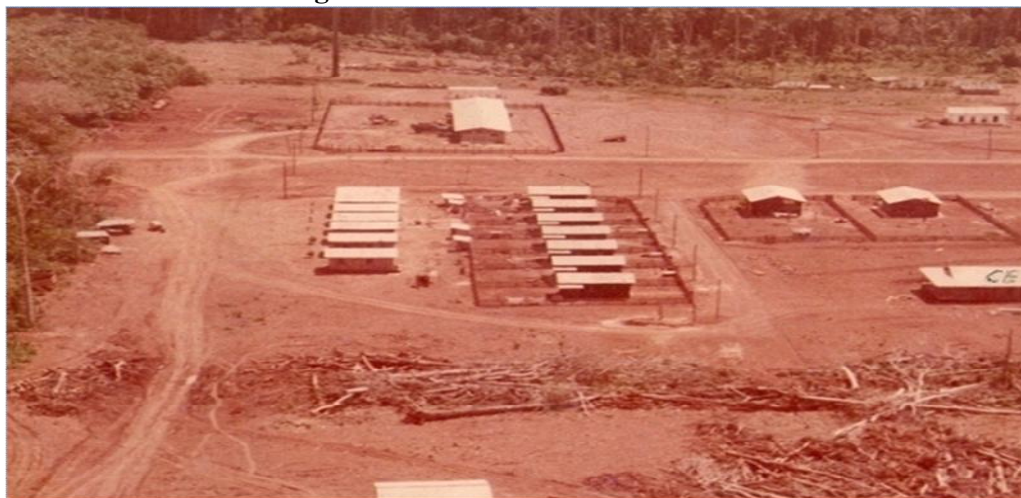
⁷ Tersa Ida Foppa. Agricultora aposentada. Nasceu no Rio Grande do Sul e cresceu no Paraná. Mudou-se para Juruena em 1979.

colonos em pequenas áreas, próximas à cidade, onde os mesmos pudessem escoar a produção de pequeno porte e em áreas maiores e mais distantes os colonos que quisessem trabalhar com atividades normais e que não dependessem da sede (futura) do Município; A abertura de uma Cooperativa agropecuária, também fazia parte das promessas de assegurar a venda e a comercialização dos produtos cultivados e finalmente, a garantia da propriedade, posse, uso e domínio, documentado legalmente (SOUZA, 2002).

A venda de terras representava para o Estado, além de ganhos econômicos e aumento de receita, a mudança de estágio de território pouco povoado e não integrado ao restante do país. Então, esperava-se povoar os espaços vazios e obter grandes somas para a economia do Estado, como aponta Andréia de Cássia Heinst (2003).

Na Figura 4 e 5, ilustra-se a situação do lugar que estava sendo explorado, na época da abertura da cidade, em que quase tudo se resumia a floresta e mata nativa.

Figura 4: Abertura da cidade em 1979



Fonte: Acervo Municipal⁸.

⁸ Fotos históricas do Município de Jurueña. Disponível em <http://www.pmjuruena.com.br>. Acessado em 15 fev. 2013. Todas as fotos extraídas do acervo municipal encontram-se no endereço referendado.

Figura 5: Abertura da cidade em 1979



Fonte: Acervo Municipal

Nas fotos acima é possível perceber que o lugar estava em plena fase de abertura de espaços para a implantação e construção de casas para os migrantes oriundos de outras regiões do Brasil.

A Avenida 04 de julho é retratada na figura 6, cujo nome é originário da data de emancipação do município.

Figura 6: Avenida 4 de julho na década de 1980



Fonte: Acervo Municipal.

Constata-se nas fotos a intensa atividade de derrubada das matas para a abertura da cidade, ruas, construção de casas, escolas e o aeroporto de Juruena. Na época, a própria colonizadora iniciou o desmatamento para construir as primeiras casas dos funcionários (SOUZA, 2002).

Na Figura 7, visualiza-se a primeira foto com a derrubada da mata para construção do aeroporto de Juruena. A pista, segundo Souza (2002), foi aberta manualmente com o trabalho braçal de 116 homens, trabalhando diariamente, iniciando por volta das 4h da madrugada e finalizando às 19h, até a chegada dos maquinários necessários para o nivelamento do solo e posterior cascalhamento.

Figura 7: Abertura do Aeroporto na década de 1980



Fonte: Acervo Municipal

Essa imagem, demonstra novamente a situação do lugar que morariam os migrantes que chegavam. Havia a total preservação das matas e muita coisa a ser feita antes de estabelecerem suas vidas naquele novo lugar.

Aos poucos esse cenário foi mudando, principalmente com a chegada de outros grupos de pessoas ao município.

Na tabela 2, constam os dados gerais do município, desde a data de sua instalação.

Tabela 2: Dados gerais do município de Juruena

Data de instalação	04/07/1988
Microrregião	Aripuanã
Mesorregião	Norte Mato-Grossense
Altitude da sede	300m
Área territorial	3.190,48 km ²
Distancia da capital Cuiabá	893 km
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) atualizado em 2000.	0,751

Fonte: Adaptado do site da Prefeitura municipal de Juruena⁹.

⁹ NOSSA CIDADE. <http://www.pmjuruena.com.br>. Acesso em 18 de março de 2013.

O município tem limites ao norte com Cotriguaçu, ao sul com o município de Castanheira, a leste com Nova Bandeirante e Juara e, a oeste, Aripuanã. Segundo as informações disponibilizadas no site da prefeitura, em Juruena os meios de deslocamento são o transporte Rodoviário (ônibus de empresas particulares), Fluvial, feito nos Rios Juruena e Arinos por pequenas embarcações, e um taxi aéreo, com voos diários para a capital Cuiabá.

Um dos pontos turísticos do município, o rio Juruena, é a principal atração para moradores e visitantes, com suas ilhas e praias naturais, frequentadas no período da seca, nos meses de maio a setembro, quando o nível da água diminui. Ali também realizam-se todos os anos, o festival de pesca de Juruena (FESCAJUR), frequentado por visitantes de outras regiões e moradores juruenenses, conforme revelam as figuras 8 e 9.

Figuras 8 e 9: Festival de pesca no rio Juruena



Fonte: Acervo Municipal

2.4 RELATOS SOBRE MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO EM JURUENA

Para a composição das narrativas o destaque é o vivido, presente na lembrança e memória dos entrevistados e toma-se como método de pesquisa de campo a História Oral, amplamente utilizado por diversos estudiosos. Como descrito anteriormente, a História Oral surgiu como via de análise qualitativa em que as preocupações se voltam para os meios de viver, sentir e pensar, cuja abordagem possibilita o enriquecimento das análises sociais (ROSA, 2003).

Quando se trata do uso da História Oral ou de explicar sobre a função das narrativas, verificam-se as diversas compreensões acerca do tema, em que ora é bem aceito, ora é criticado por alguns autores.

No entanto, em A identidade cultural e a pós-modernidade, Stuart Hall (2006) retrata a função da narrativa de modo positivo, que se aplica no propósito desta pesquisa. Para o autor, a narrativa revela os eventos de forma temporal “começo-meio-fim”. Isso porque todo meio de representação deve traduzir seu objeto em dimensões espaciais e temporais - seja a representação escrita, pintura, desenho, fotografias ou simbolização através da arte ou telecomunicações.

Os relatos de memórias inseridos neste trabalho são de pessoas que viviam na região Sul do país, tais como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e migraram para o Centro Oeste, especificamente para a cidade de Juruena, em busca de terras férteis e produtivas. O relato do senhor Apolinário¹⁰ pretende mostrar por quais motivos ele adquiriu suas terras no município:

[...] eu moro em Juruena há 28 anos, exatamente 28 anos nós estamos aqui, e viemos para cá na época [...], na verdade foi porque nossa família, a empresa já mexia com madeira em Santa Catarina e há muitos anos meu sogro trabalha, há mais de 60 anos ele iniciou como marceneiro e tal e montou uma estrutura em Santa Catarina, e no final dos anos 70, 78, 79, nós tivemos já, assim, uma visualização do fim da madeira em Santa Catarina.

Nesse depoimento, é possível intuir que o principal motivo da compra das terras era o fato de ainda existir na região a total preservação das matas, e a intenção de explorá-las como atividade econômica, pois a família do entrevistado já ganhava a vida com esta atividade. É patente no discurso que a exploração das matas não era ponderada levando-se em conta critérios de sustentabilidade, o que se pode notar na contraposição entre a existência de madeiras na região de destino e a extinção das madeiras na região de origem. Por sua vez, outro entrevistado, senhor Otwen¹¹, relatou que:

Nós viemos pra cá pelo intermédio da Colonizadora [...], pra ver se nós conseguíamos melhorar de vida, porque lá a gente tinha pouca terra e para conseguir um pouco mais de liberdade [...], pra ter mais lugar pra trabalhar, né? Aí só que a promessa da firma foi uma coisa e não cumpriram, se a gente não corresse atrás eles não estavam nem aí. São coisas que a firma até hoje ficou devendo pra nós. A gente foi lutando e batalhando, se dando um jeito, arrumando as coisas, se não conseguia vender aqui, vendia pra fora, pra Juína.

¹⁰ Apolinário Stulher. Empresário do ramo de madeira. Nasceu em Santa Catarina e mudou-se para Juruena em 1984. Entrevista realizada em (todas as referências ao senhor Apolinário referem-se a esta entrevista).

¹¹ Otwen Brandt. Artesão e agricultor aposentado. Nasceu em Santa Catarina e mudou-se para Juruena em 1979. (todas as referências ao senhor Otwen referem-se a esta entrevista).

Como se percebe, o relato exposto acima, expressa a vontade em ter mais espaço para trabalhar, pois a área de terra que tinha no Sul era pequena. Assim como a maioria das pessoas que migraram para Juruena, o entrevistado migrou para este local motivado pelas promessas da Colonizadora, cuja intenção era comprar uma área de terra maior e dar continuidade as atividades de agricultor. Também fica evidente a insatisfação com as promessas feitas pela Colonizadora, no trecho em que diz: “são coisas que a firma até hoje ficou devendo para nós”.

Outra narrativa é da senhora Teresa¹²:

A gente teve a ideia de vir para Juruena por que apareceu alguém fazendo uma propaganda numa imobiliária que aqui as terras eram boas e baratas. Aí como a gente estava com dificuldade de viver no momento no Paraná por causa dos agrotóxicos das lavouras, resolveu, e eu aceitei quando meu marido me convidou para vir para o Mato Grosso.

O senhor Cipriano¹³ afirmou:

[...] o que levou a gente a mudar para o MT é que meus filhos não queriam mais caminhão, queriam terra, viver da terra.

Para a senhora Vilma¹⁴ a vinda para Juruena foi motivada pela venda das terras no município em que viviam: “Viemos para o Mato Grosso, por que tínhamos vendido as terras, por causa da Itaipu, aí meu marido só quis vim pra cá”. Por sua vez, a senhora Jandira¹⁵ foi objetiva quanto aos motivos de mudança para Juruena: “nós viemos em busca de mais terras, porque lá a gente só tinha 5 alqueires”.

As narrativas revelam os diversos motivos da vinda para Juruena, e nelas despontam os sonhos e ideais de um cada um, na construção de uma nova vida em um lugar desconhecido, motivados muitas vezes pelas propagandas feitas pelas colonizadoras. A figura 10 retrata o local de instalação do escritório da Colonizadora Juruena Empreendimentos, na época de sua implantação:

¹² Teresa Ida Foppa. Agricultora aposentada. Nasceu em Rio Grande do Sul, mas cresceu no Paraná. Mudou-se para Juruena em 1979 (todas as referências à senhora Teresa referem-se a esta entrevista).

¹³ Cipriano Antonio de Macedo, pecuarista. Nasceu em Santa Catarina e mudou-se para Juruena em 1981 (todas as referências ao senhor Cipriano referem-se a esta entrevista).

¹⁴ Vilma do Amaral Vendrame. Planta verduras e hortaliças para o consumo e cria gado de leite e corte, para o consumo e venda. Nasceu no Paraná e mudou-se para Juruena em 1980 (todas as referências à senhora Vilma referem-se a esta entrevista).

¹⁵ Jandira Bierahuls. Agricultora. Nasceu no Paraná e mudou-se para Juruena em 1980 (todas as referências à senhora Jandira referem-se a esta entrevista).

Figura 10: Escritório da Colonizadora em 1979



Fonte: Acervo Municipal

Situação que se confirma pelas palavras do senhor Cipriano:

E a gente encontrou muita propaganda, até aquela promessa: plante que o João garante! E na região produzia sem correção de solo, tudo natural, então até dava pra sobreviver, porque colhia o produto sem custo. E se vendia no mesmo preço que vendia no Sul.

A senhora Helena¹⁶ explica a atuação da colonizadora:

Então, a propaganda na televisão e na “rádia”, tinha dessa região pra cá. Uma firma que colonizou aqui e fazia propaganda lá pro sul. Aí, meu pai veio e deu uma olhada. Mas naquela época era tudo de avião. Aí, trouxeram meu pai, meu pai gostou demais. Só não tinha estrada ainda, também. Aí, trouxeram um pessoal, veio muita gente naquela época pra olhar as terras “pra cá” (referindo-se a Juruena).

Devido às propagandas, o senhor Apolinário também se sentiu motivado a comprar terras em Juruena, conforme seu relato:

Como o Mato Grosso estava sendo assim um Eldorado brasileiro, e com a motivação, inclusive do governo federal, para ocupação da Amazônia, é, que na época os militares, falavam né, integrar para não entregar a Amazônia. Então era essa era a política, tinha um incentivo, uma propaganda inclusive, muita propaganda da Amazônia, e nós viemos conhecer. Havia já um corretor de imóveis no Sul que tinha mapas e área pra vender, áreas que eram terras legalizadas, com escritura e tal, né, que foram terras adquiridas do governo do Estado, através de uma Colonizadora de São Paulo, a Juruena Empreendimentos, que comprou essas terras e esse pessoal estava oferecendo essas terras em Santa Catarina e aí a gente veio olhar [...].

Ainda no início de seu primeiro governo, o então presidente Getúlio Dorneles Vargas deixava claro em seus discursos a preocupação com o Centro-Oeste e a Amazônia,

¹⁶ Helena Maria Pickler. Agricultora e pecuarista. Nasceu no Paraná e mudou-se para Juruena em 1981 (todas as referências à senhora Helena referem-se a esta entrevista).

que em sua concepção eram regiões que precisavam ser “integradas” ao Brasil. Logo, necessitava de uma política de povoamento e de viabilização de estradas, discorre Barrozo (2008).

As terras mato-grossenses, por diversas décadas foram representadas por colonizadoras com o apoio do Governo Estadual, apresentadas em propagandas nos Estados de São Paulo e Paraná como um novo Eldorado (SILVA, 2008). Por ter um preço menor em relação às terras de outros Estados, a procura era grande e os compradores visualizavam a possibilidade de adquirir grandes extensões de terra, sonho de muitos. A autora destaca que embora a compra e venda de terras represente para muitos apenas uma ação comercial, essas práticas envolvem muitos interesses de pessoas que se relacionam e executam negociações. Assim, são práticas sociais onde homens e mulheres de diversos locais e culturas distintas se relacionam a fim de constituir sonhos e desejos imbricados na mudança de suas vidas.

A palavra Eldorado tem como significado um país lendário e cheio de riquezas. Conforme Hatoum (2008, p. 105-6) [...] muitos nativos e ribeirinhos da Amazônia acreditavam – e ainda acreditam – que no fundo de um rio há uma cidade rica, esplêndida, exemplo de harmonia e justiça social, onde as pessoas vivem como seres encantados, ou como define Euclides da Cunha (2000, p. 317): “[...] um Eldorado deslumbrante e criado pela fantasia de Raleigh e as paragens lendárias perlustradas por Acuna e atravessadas pelos companheiros de Orellanas”.

Por acreditar na existência de um lugar que se aproximasse dessa definição, muitos migraram para um determinado lugar, como aconteceu com esses sujeitos. Muitas vezes, as propagandas eram feitas com o intuito de despertar um desejo ou um fetiche pela mercadoria, pois emitiam mensagens enganosas a fim de despertar o imaginário dos interessados nas terras, ideia bem formulada por Karl Marx, em *o Capital* (1984), ao ponderar sobre o fetichismo da mercadoria e seu segredo.

No que tange à migração para Juruena, além das perspectivas com o novo lugar, as narrativas apontaram quais foram os meios de transportes utilizados para realizar a mudança, conforme destacou o senhor Cipriano.

A gente, quando veio de mudança, veio de carro próprio. Era um caminhão, Chevrolet, e era uma caminhonete pick-up Willians. Então fizemos uma torna em cima da pick-up e a família veio de pick-up, e eu, a mulher e um filho “viemo” de caminhão.

O senhor Apolinário também expôs a sua versão:

Nós viemos de carro, de avião até Cuiabá, e daí de carro, passando por Vilhena, tinha uma passagem de Cuiabá a Vilhena, a [BR] 364, era um cerradão ali, no meio do cerrado, era uma viagem louca, maluca né? Meu cunhado é que veio primeiro [...].

Na visão da Senhora Teresa, como a vinda para conhecer as terras antes de comprá-las era de avião, não permitia saber a real situação das estradas que ligavam Cuiabá a Juruena:

Como ele veio de avião (referindo-se ao marido), olhou as terras, eram boas, ou aparentavam ser boas, chegando de volta, a gente resolveu vender o que possuía e mudar definitivo para cá. Aí, só que vindo por terra era bem outra realidade. Muito difícil para chegar aqui, estrada de chão, 1.000 km de estrada de chão e tinha muita areia, mas, chegando aqui nós achamos ótimo.

Segundo a senhora Vilma, a viagem de sua família para Juruena foi realizada de Toyota e levaram cerca de 9 dias para chegar ao município, devido as estradas ruins e as fortes chuvas. Já a senhora Vilma precisou fretar dois caminhões para trazer sua mudança.

Ao aludir sobre as dificuldades enfrentadas, os entrevistados afirmaram que foram muitas. Isso se deve ao fato de que, ao chegar a seus destinos, nem sempre encontram aquilo que lhes foi prometido. Claro que havia natureza farta, abundante, muita terra para trabalhar, assim como existiam as dificuldades, como as recordadas pela senhora Teresa:

A educação era ruim, a saúde foi piorando, tanto na parte dos médicos, como aparecendo mais doenças, como a malária e a hepatite e também acidentes na mata. E não tinha recurso. Quem era rico saía se tratar fora, e os pobres morriam por aqui mesmo. Chegou um ponto que a gente chegou a ir morar no sítio, que era 12 km distantes da cidade, mas como aqui existia muito mosquito, que é o Pium, picava muito as crianças e os adultos, tanto que a gente nem podia conversar que enchia a boca de tanto mosquito. Tinha que ficar fechado, apesar do calor, vestir muita roupa para se proteger das picadas, mas sobrevivemos.

A senhora Helena também mencionou o problema com os mosquitos:

Aí chegamos aqui, os primeiros meses era o que eles falavam. Aí quando começou a chover, é que vimos às dificuldades, os “pium”, muito “pium”.

E foi com muita luta que as pessoas enfrentaram os piuns e muitos outros animais, mesmo os selvagens, define Souza (2002). Nessa época até as janelas das casas eram fechadas com telas, pois mesmo uma atividade rotineira como cozinhar tornava-se difícil devido à enorme quantidade de insetos.

Na figura 11, identifica-se o uso da vestimenta contra piuns, confirmando as narrativas dos entrevistados.

Figura 11: vestimenta contra Piuns, em 1979



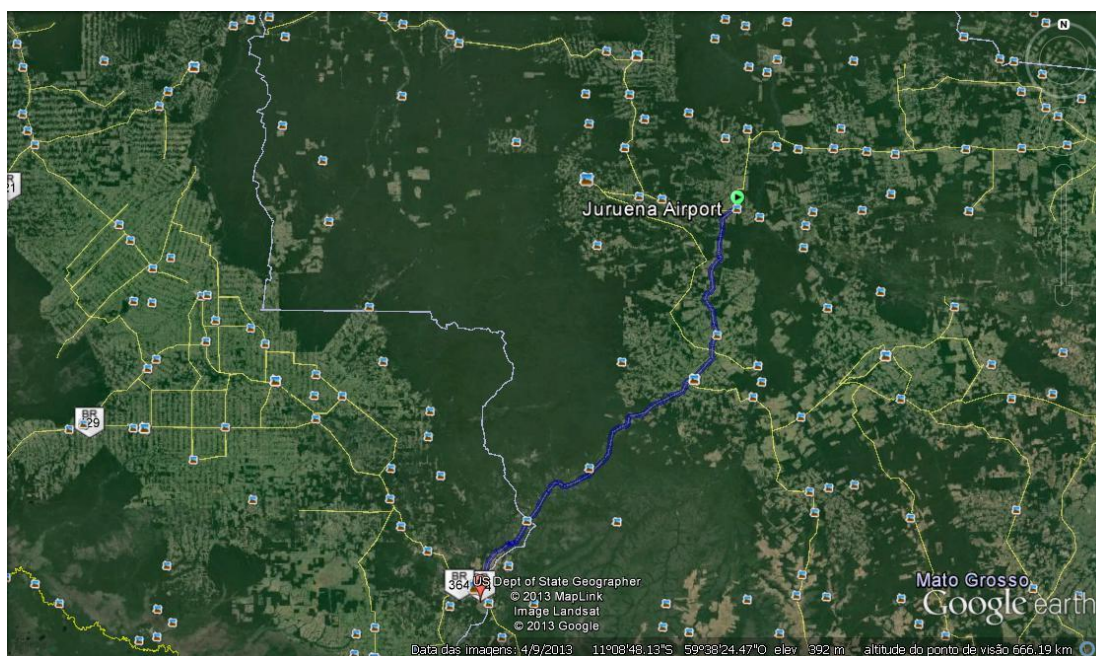
Fonte: acervo Municipal

Além da saúde e educação, a falta de infraestrutura sempre se revelou um problema sério, relatou o senhor Apolinário:

[...] tinha dificuldade toda hora, não havia energia, telefone nem pensar, era rádio né? Muita dificuldade até que conseguimos instalar um rádio aqui. Na época, a gente não tinha acesso à tecnologia como tem hoje. Hoje você compra rádio amador, da melhor qualidade em qualquer lugar, né? Naquela época não, aquelas caixa de abelha, sofrendo, tinha vez que passava uma semana inteira sem conseguir comunicação, né? Aí a única solução era ir a Vilhena para telefonar, 400 km, pra telefonar. Isso eu fiz algumas vezes [...].

A figura 12 mostra o trajeto percorrido pelo senhor Apolinário, apontado em sua entrevista. Na realidade, trata-se de 380 km de Juruena à Vilhena, com duração de 4h24min para percorrer o trajeto, em dias atuais.

Figura 12: Trajeto de Juruena à Vilhena



Fonte: Google Earth¹⁷

Como se pode inferir, foram muitas as dificuldades encontradas no início da mudança para Juruena. Existia muito mosquito, falta de instituições financeiras, de postos de abastecimento de combustível, de correios e linha de ônibus que trabalhasse de forma regular entre os municípios, além da precariedade dos serviços médicos.

Em vista das dificuldades enfrentadas, verifica-se um sentimento de fragilidade com a situação em que viviam, conforme destaca a senhora Helena, pensamento anteriormente corroborado por outra entrevistada, a senhora Teresa: “[...] o rico ficava doente, pegava um avião e ia se tratar fora daqui, os pobres morriam aqui mesmo”. Na época, o hospital municipal contava com apenas um médico, e para tornar ainda mais difícil essa situação, as estradas que ligavam Juruena a capital Cuiabá, e aos municípios vizinhos não era asfaltada (SOUZA, 2002). Assim relata o senhor Apolinário:

[...] falta de estrada e comunicação eram duas coisas terríveis para a gente superar. E claro também, mão de obra não tinha, não havia porque o pessoal que veio para cá, agricultores, eram todas famílias que, com experiência em agricultura e veio para plantar, porque as terras eram muito boas.

Em meio às dificuldades enfrentadas, o senhor Apolinário relatou que a falta de energia também era um fator muito difícil de encarar, e que, por esse motivo, passou a produzir a própria energia:

¹⁷ <http://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/download>. Acesso em 22 de jun. 2013.

Então no início foi com motor diesel, depois a gente, eu trouxe uma caldeira, começamos a produzir vapor e com esse vapor tocava uma locomóvel. E até hoje nós temos ainda uma turbina, a nossa energia a gente produz 100% e ainda vende o excedente, uma sobra ainda a gente vende para outras indústrias.

Em sua narrativa, o entrevistado também explica que a energia fabricada é feita com o aproveitamento dos resíduos de madeira de sua empresa. Essa mesma energia, além de gerar vapor e tocar um turbo gerador na própria empresa, gera uma economia de óleo diesel, que segundo o entrevistado, seria em torno de 100 mil litros ao mês.

Para a senhora Helena, a falta de energia e telefone foram grandes problemas enfrentados:

Antigamente mesmo, o que podia ter era um bujãozinho de gás com liquinho. E a geladeira também era de gás, num tinha luz não, num tinha nada disso. O que podia, tinha um motorzinho, um geradorzinho dele, lá no fundo do quintal, pra fazer uma “luzinha”, mas, pra quem não podia, ficava no gás mesmo. Telefone é até uma história esse telefone, por que antigamente mesmo, num tinha nada disso, só tinha um rádio amador, a firma Juruena que tinha.

Alimentar a família também foi uma tarefa árdua, conforme revelou o senhor Cipriano:

O começo aqui não tinha criação, tudo era começo. Não tinha aves, que era galinha, seria alimento para a população. Suínos não tinha, gado não tinha, gado pra carrear aqui vinha de Juína, que Juína tinha na época. Então trazia gado em cima de caminhão pra carrear aqui e vender a carne. A população vivia do que tinha no mercado e plantava, plantava roça, plantava feijão, milho, batata. E a carne era de caça.

As estradas que ligam Juruena aos municípios maiores ou a capital, Cuiabá, diversas vezes foram apontadas pelos entrevistados como um dos grandes problemas enfrentados. Os senhores Apolinário e Cipriano descreveram como eram os trechos percorridos naquela época, respectivamente:

[...] tinha que passar por Vilhena para chegar em Juruena, e aí em 85 ficou pronta essa estrada, então isso já melhorou, mas era asfalto de Cuiabá a Barra do Bugres, e de lá para cá era tudo estrada de chão. Nós tínhamos aí 750, 800 km de estrada de terra para chegar aqui. Então era assim, uma coisa muito difícil. Era o mais difícil. É [...], falta de estrada e comunicação são duas coisas terríveis para a gente superar. Quando chegamos em Juína que se descobriu que não havia estrada para chegar em Aripuanã na área onde nós já tínhamos comprado. Aí então viemos para Juruena e aqui em Juruena já tinha estrada. Como não havia acesso para a nossa área, nós começamos a trabalhar, pensamos em montar então aqui em Juruena, porque aqui já havia estrada.

Aquela época, de Vilhena a Cuiabá era terrível, era muito “atolero”, não tinha asfalto. E de Vilhena para Juruena era estrada boa, estrada nova. Tinha pouco trânsito na época, até não era tão difícil.

Conforme se inferiu diversas vezes pelos entrevistados como um grande problema a ser superado, as estradas foram o principal objeto de ocultação das propagandas

enganosas da época. As propagandas feitas no sul do país (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) eram apresentadas por meio de um corretor de imóveis que vendia áreas de terra legalizada e escriturada, adquiridas pela Colonizadora Juruena empreendimentos. Compradas no mapa, não apresentava a real situação do lugar e os possíveis problemas a serem enfrentados. Muitos dos colonizadores que adquiriram terras nessa época vieram conhecer o lugar de avião, com o pessoal da colonizadora, o que impedia, mais uma vez, conhecer as estradas isoladas do Mato Grosso. Apenas quando vinham com a família, já de mudança e com a escritura da terra em mãos, é que descobriam que não existiam estradas ou acesso até a área de terra que haviam comprado.

Ao serem indagados sobre as dificuldades encontradas no início da colonização do município, vários foram os apontamentos, quase que de maneira uniforme: Saúde, pela falta de médico e hospitais; Educação pela falta de professores, de péssimas estradas para se chegar a escola, entre outros, sempre destacando e enfatizando o problema das rodovias de acesso a Juruena. No fim de cada entrevista, ao perguntar quais dificuldades permanecem até os dias atuais, a resposta foi firme e clara, pela maioria dos entrevistados - “com certeza, as estradas”.

A maioria dos migrantes vindos do Sul eram agricultores e permaneceram trabalhando com a terra após a mudança para Juruena, pois já estavam familiarizados com a atividade e segundo alguns depoimentos, queriam continuar a fazer aquilo que “sabiam fazer bem”. Existe uma identidade com aquilo que se faz e o grupo ao qual ele se insere, define Zarth (2008).

Então, quem vinha de lá [se referindo ao Sul do Brasil] ia trabalhar na roça, tinha que abrir, desmatar, tinha que sobreviver daquilo, então não havia assim mão de obra, então a gente trazia muitos de Santa Catarina, alguns que estão até hoje ainda. E vinha, a gente tinha um alojamento muito grande e assim que nós fomos superando essa questão da mão de obra¹⁸.

Em Juruena primeiro se desenvolveu a febre do arroz, e se plantava muito de uma vez. Contudo, como os colonos não tinham mão de obra para ajudar na colheita, estragava muita coisa. No período de chuva, por não dominarem as técnicas de plantio do local, perdiam muitos alimentos, pois a maioria dos agricultores seguiam os meios de plantação utilizados em seu estado de origem, inadequado para a nova realidade. A senhora Helena relatou como aconteceu as primeiras colheitas de arroz:

[...] tudo um ensina o outro, a mãe sempre dizia que eles plantavam arroz, lá no sul era colhido assim, tirando e colhendo, e aqui eles ensinaram a fazer aquele

¹⁸ Entrevista. Empresário do ramo de madeiras, natural de Santa Catarina.

negocio de manter na roça. Depois, assim um ano depois até dava pra trilhar ele né, o arroz empilhado. Aí, foi fazendo isso, Nossa! Cada pilha de arroz, às vezes ficava lá guardadinho. Aí, quando a chuva parava mais, que era no tempo da seca que a gente arrumava trilhadeira, era difícil de achar. Mas meu pai trouxe uma do sul [...].

Imagens históricas como a da Figura 13, mostram como aconteceram as primeiras plantações em Juruena, após as derrubadas de áreas de mata:

Figura 13: Primeiras plantações



Fonte: Acervo Municipal¹⁹

Inicialmente, entre os anos 1980 a 1989, segundo Souza (2002), era a agricultura que movimentava boa parte da economia do município. Plantavam café, arroz, feijão, milho e mandioca, mas ao longo dos anos essas lavouras passaram a ser cultivadas para o autoconsumo. Assim, aos poucos foi surgindo uma nova ordem econômica, e os agricultores passaram a cultivar árvores frutíferas, hortaliças e verduras em geral, ambas comercializadas por eles na feira, instalada na área urbana da cidade. As plantações de café, devido as dificuldade de comercialização e o baixo preço, foram cedendo lugar à pastagem, para a criação de gado.

Segundo a senhora Helena, havia uma cooperativa que comprava os produtos dos agricultores, e que, após a sua destituição, o arroz ficou com o preço muito baixo, e o lucro para produzi-lo era muito pequeno. Então, muitos começaram a plantar milho, feijão e também a criar gado. Para o senhor Cipriano, o fim da cooperativa trouxe sérios problemas para o agricultor:

[...] Isso até que a CFP [se referindo à cooperativa] comprava o produto. Depois com o presidente Sarney, que extingui a CFP, aí parou de compra produto, na nossa região foi muito produto pra “perca”, por falta de comprador, e o agricultor

¹⁹ Fotos Históricas do Município de Juruena. Disponível em <http://www.pmjuruena.com.br>. Acesso em 15 fev. 2013.

viveu uma época muito difícil. Porque antes do cereal em grãos, tinha o café, que o café valia e o café dava prá sobreviver. Aí o café perdeu o valor, veio a agricultura e a CFP foi extinta. Aí o quadro social é que perdeu. Então a luta, a luta sempre continuou.

Em geral todo sulista que se aventurou a trabalhar nos cerrados teve que enfrentar um processo de reaprendizagem, tendo em vista que a reconstrução do espaço econômico ou as condições de produção encontradas são as marcas do desafio e da criatividade, da corrupção e da morte, da aventura e do desânimo (ZARTH, 2008). A primeira atitude por parte dos migrantes era repetir os meios de cultivo e plantar espécies que já vinham plantando no Sul. Tiveram que enfrentar inicialmente um processo de estranhamento do meio, pois o meio biofísico era diferente e as técnicas de plantio não correspondiam à vontade de fazer produzir, verifica o autor supracitado.

Durante o período de adaptação, sempre houve muita ajuda entre os migrantes, destacou a senhora Helena. Nesse mesmo sentido, o senhor Apolinário revelou:

Havia na época, assim uma coisa que me marcou muito, havia muita ajuda e muita cooperação entre a população. Muita compreensão, e por outro lado um voluntarismo, uma vontade de fazer as coisas. E a gente sonhava com a cidade, né? E como gostaria que fosse. E tinha uma participação muito forte das pessoas, e todo mundo numa vibração muito grande, torcendo para ver a cidade ir para a frente, pra chegar energia, pra chegar o telefone né? Eu consegui inaugurar o telefone sete dias antes de terminar o mandato (de primeiro prefeito da cidade), dia vinte e três de dezembro. Isso foi em 92, o mandato foi de 89 a 92. Isso me marcou muito, porque era uma população, uma época que tinha muita colaboração das pessoas, muito espírito comunitário. Todo mundo ajudava, se precisasse de ajuda era só levantar a mão, gritar, que todo mundo ajudava.

Por meio das palavras dos entrevistados, percebe-se um sentimento de solidariedade, em ajudar o próximo e ser ajudado, pois ambos passaram a viver em um território desconhecido, com muitas descobertas e aprendizados compartilhados. Aos poucos as pessoas foram se conhecendo melhor, e passam a estabelecer laços de identidade, motivados por peculiaridades como o lugar de origem ou a religião. Sobre o fato das famílias se ajudarem, de serem solidários uns com os outros, obteve-se a seguinte resposta da senhora Helena:

[...] isso foi, e de toda parte. Do Paraná, muita gente se conheceu aqui, sendo que era do mesmo estado, mas, muitos se conheceram aqui. Eu lembro também, a primeira reza [...] eram da mesma religião, eu lembro, assim, eram pouquinhos, mas começaram a rezar na escola, tinha uma escolinha, era o único lugar que o povo se reunia, pra ir num culto. Missa foi mesmo, não lembro, mais de um ano depois [...].

A primeira missa celebrada em Juruena remete à lembrança da primeira missa feita no Brasil, em 1500, com o símbolo da cruz em madeira, conforme evidencia a figura 12:

Figura 14: Primeira missa, celebrada em 1979



Fonte: Acervo municipal

Constata-se, pelas palavras da entrevistada, que a missa era uma forma de reunir as pessoas que estavam distantes de suas famílias, e dessa forma, compartilharem suas angústias e medos, ou como forma de solidariedade uns com os outros, pois era nesse momento que todos poderiam contar suas histórias de vida.

O papel da solidariedade, seguramente presente nessa época, é muito bem conceituado por Vicente Fidélis de Ávila (2000), quando repousa no fato de se criar consensos e desenvolver iniciativas que incidam diretamente nas dinâmicas de mobilização, sensibilização organização, planejamento e ação conjunta na comunidade ou local a que se referir. Isso devido ao fato que sem o envolvimento e a cooperação solidária, o desenvolvimento local se reduz a mera nomenclatura. A solidariedade é caracterizada como fenômeno volitivo-emotivo, conscientemente assumido. Ou seja, ela representa o estado de ânimo que gera volitivos, afetivos e efetivos laços de mobilização e cooperação entre as pessoas (ÁVILA, 2000).

Superadas as dificuldades iniciais, que perpassam os anos, mas que não deixam de existir em sua totalidade, e que foram apontadas pelos entrevistados ao longo da pesquisa, nota-se um sentimento de pertencimento a este local, de construção de uma história e identidade, pois se trata de um espaço escolhido por essas pessoas para se estabelecerem. Justamente a partir dos esforços que foram sendo empreendidos para vencer as dificuldades, instaura-se o sentimento de que o território é conquistado.

Stuart Hall (2006) explica que a formação da identidade atravessa e vai além das fronteiras naturais: aquelas pessoas foram “dispersadas” para sempre de sua terra natal e que ainda têm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de retornarem ao passado e ao lugar de origem. Essas pessoas são obrigadas a negociar com essas culturas que lhe são apresentadas, sem perder suas identidades. Carregam os traços das culturas e das histórias particulares pelas quais foram marcadas, porém não serão unificadas, porque elas são o produto de várias histórias e culturas interconectadas. Desta forma elas pertencem a uma cultura, a uma história, que vai sendo enriquecida com novas formas das quais elas se utilizam para fazer frente aos desafios.

Aplica-se neste contexto a ideia de “dispersão” avaliando que esses povos passam a pertencer a um novo território e adquirem uma nova cultura, mas trazem consigo os costumes e conhecimentos de seus lugares de origem, e não no sentido literal de serem varridas ou expulsas de sua localidade. Não se trata, pois, de uma “diáspora” no sentido que lhe atribui Stuart Hall (2006).

Ao migrar o colono tem a necessidade de reconstruir o espaço social e novas relações, que favoreçam e propiciem o surgimento de estruturas e de organizações que busquem uma visão de mundo, com valores morais e estéticos que são transladados em sua trajetória. Ou seja, busca-se um espaço social em que as imagens aprendidas nas relações sociais recentemente vivenciadas e experimentadas historicamente estejam em consonância (ZARTH, 2008). Para o autor, “isso significa que a igreja, o clube, a produção, a arquitetura, a escola, os valores, os conteúdos e os métodos aplicados e praticados terão similitude com os procedimentos do *locus* de origem” (ZARTH, 2008, p. 272).

E nessa reconstrução do espaço social, estão os ideais de cada pessoa, cada entrevistado. Para a maioria, o sonho com a terra em um lugar desconhecido representava o sonho de uma vida, ainda que distante dos outros familiares e da cultura do seu lugar de origem.

3 SITUAÇÃO ATUAL DE JURUENA

Embora os primeiros grupos de migrantes que chegaram a Juruena no final da década de 1970 e década de 1980, terem como local de origem, em sua maioria, o sul do país - Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – alguns anos após a emancipação do município, iniciou-se outro fluxo migratório. Pessoas de diversas regiões do Brasil, impulsionados pelo interesse em adquirir áreas de terras com preços baixos começaram a chegar ao município.

A maioria dos antigos migrantes que residem em Juruena ainda possuem as áreas de terras adquiridas por meio da Colonizadora Jurena Empreendimentos. Alguns deixaram Juruena em busca de outros sonhos em outro lugar. Assim como em outras regiões do país, o processo de ida e vinda também se faz presente, principalmente pela distância dos familiares que ficaram em outros Estados. Alguns fatores também influenciam a mudança de Juruena, como a inexistência de Universidades, o que leva a saída dos jovens Juruenenses que estão em busca de formação profissional para outras cidades. Em alguns casos, eles retornam ao município após sua formação, uma vez que suas famílias moram ali e estão estabelecidos laços de identidade com o lugar.

É incontestável que o crescimento de Juruena, notadamente a partir do fim da década de 1990, influenciou inúmeras transformações no cotidiano da população da cidade. Percebe-se, pela figura 15, a situação atual da cidade e como se deu a formação urbana ao longo desses anos. Em contraposição com a primeira foto apresentada no capítulo 2, que retrata a abertura da cidade em 1979, verifica-se o preenchimento e a ocupação de espaços até então considerados “vazios”.

Figura 15: Foto aérea atual



Fonte: Acervo Municipal

Certas imagens emergem com beleza poética na memória dos entrevistados. São traços presentes na memória coletiva da cidade que passam a compor as identidades individuais locais. Uma dessas imagens manifesta-se nos contornos que transformaram os cenários da cidade. O lago da cidade, retratado na figura, é um ponto de referência para os moradores, assim como o parque de exposições, na figura 16.

Figura 16: Parque de exposições



Fonte: Acervo Municipal

A cidade apresenta um traçado moderno, com ruas largas, conforme demonstra a figura 17. No entanto, poucas delas são asfaltadas. A nomenclatura da avenida 04 de

Julho destaca um dos eixos da marcha para Juruena, e representa a emancipação do município, um marco para os migrantes.

Figura 17: Avenida 4 de Julho



Fonte: Acervo Municipal

Os comércios localizam-se em diversos pontos da cidade e dos novos bairros, oriundos do crescimento do município. Existem escolas públicas, praças, o lago central que tornou-se ponto de encontro das pessoas no final das tardes, hospital, clube recreativo, posto de saúde, ginásio e aeroporto. Porém há que se investir no bem estar da população, em livrarias, bibliotecas, centros culturais, cinema e opções de lazer.

Atualmente, é possível verificar que a situação econômica e espacial do município encontra-se modificada. Em Juruena, as principais atividades econômicas são o extrativismo vegetal, agricultura, pecuária e comércio. Segundo dados da Prefeitura Municipal²⁰, a economia da cidade, atualmente, é composta da seguinte forma:

A base econômica é a indústria madeireira que absorve grande parte da mão-de-obra da área urbana, em torno de 60%, sendo o comércio formal a segunda fonte de absorção da mão-de-obra, 15%aproximadamente. O comércio informal é quase inexistente, tendo algumas rendeiras, costureiras e quitandeiras. Atualmente o funcionalismo público conta com 10% da mão-de-obra da zona urbana e o índice de desemprego fica em torno de 10% da população. Na agricultura destacam-se as culturas de arroz milho, café, mandioca, pupunha, abacaxi (para subsistência), produzindo ainda em pequena escala, árvores frutíferas. Os agricultores podem vender seus produtos semanalmente, na feira instalada na zona urbana. A pesca é uma atividade praticada de forma amadora, mais como uma atração turística. Não abastece nem o consumo interno.

Ao ser questionado sobre o desenvolvimento do município, e a situação recente que vivem, foram vários os posicionamentos. O senhor Cipriano expôs sua opinião:

Na questão do comércio, da indústria, eu digo o seguinte: a indústria é muito boa, tem um frigorífico aí, é bom demais, prá eles! A população produz e vende,

²⁰ DADOS ECONÔMICOS. <http://www.pmjuruena.com.br>. Acesso em 26 fev. 2013.

mas antes também vendia. Tem um laticínio aí, é bom demais, mas é bom pra eles. Porque a hora que der qualquer problema o recalcado é o produtor de leite, porque baixa o preço. O dono do mercado tem um prejuízo, vai lá e bota uns centavos em cada etiquetinha, ele tira o prejuízo dele. O dono da indústria também, se deu um prejuízo vai lá e baixa o preço, na grande quantidade que ele compra, ele tira do produtor. Então é igual o rio, o rio é grande por quê? É grande porque tem uma nascente lá não sei de onde, que nasce água e canaliza para o rio, e aí se torna grande, e assim é uma indústria. E a indústria só vem pra uma cidade se tem matéria prima sobrando, senão não vem.

O senhor Apolinário afirmou que “[...] as estradas hoje estão melhores, o asfalto, nós temos 110 km hoje só sem asfalto, então isso já melhorou bastante, mas continua uma distancia muito grande”.

A cidade tem como principal via de acesso a MT-208, que faz a linha Juruena-Juara e a infraestrutura atual ainda é precária, pois as condições das estradas não são boas e o asfalto não chegou até a região do município objeto de estudo, conforme apontou à senhora Helena: “[...] de Juruena a Juína é estrada de chão, na época de chuva é um problema muito sério [...]”.

Os problemas com as questões estruturais são apreendidos na figura 18, que retrata as péssimas condições no período chuvoso (outubro a abril). Em época de chuva o problema é a lama, e na seca (maio a setembro), é a poeira.

Figura 18: Situação das estradas em época de chuva



Fonte: <http://www.blogdoantero.com.br>²¹

Retomando a esfera estadual, o problema das estradas era patente nos discursos oficiais da época, cuja preocupação em abrir rodovias de ligação entre Mato Grosso e outras locais, em que o objetivo principal era a comercialização da produção, ou seja, essa

²¹MUNICÍPIOS ISOLADOS PELA CHUVA FICAM SEM COMBUSTÍVEL. <http://www.blogdoantero.com.br/>. Acesso em 13 de março de 2013.

construção viabilizaria lucros e facilitaria a divulgação de uma imagem do Estado interligada a possíveis compradores de sua produção agrícola (HEINST, 2008). Nos discursos oficiais, a estrada originaria acesso à civilização, o transporte, a possibilidade de ir e vir e a garantia de comercialização de seus produtos.

Porém, além dos discursos do governo, existiam outros interesses pessoais e particulares, numa configuração já apresentada em capítulos anteriores, quando se fala do início da colonização no Estado e as práticas de integração.

Em Juruena, o problema das estradas ainda não se resolveu, e há longos trechos de estradas sem asfalto, o que causa enormes transtornos aos moradores que diversas vezes ficam impossibilitados de sair para outras cidades, devido à situação caótica em que se encontram as estradas, principalmente na época da chuva. Além disso, gera entraves comerciais, como os enfrentados pelo senhor Apolinário:

Nós atendemos, por exemplo, o mercado europeu, americano, que a gente trabalhava. O nosso embarque é feito tudo em Paranaguá. Então são 3000 km de transporte interno que a gente tem, e isso nenhum outro país do mundo tem uma distância tão grande para chegar num Porto, como nós aqui que estamos no centro da América do Sul. É só olhar no mapa, exatamente no centro, então para todo lado que vai, para o pacífico, ou querendo ir para o Norte, Santarém, ou Porto de Paranaguá, no Sul, acaba tudo sendo a mesma distância. Então a gente optou pelo Sul, que é um pouquinho mais longe, mas tem uma infraestrutura muito maior, frequência de navios, tudo, né? Então esse é outro fator que obriga quem tem uma indústria aqui a melhorar o produto, a agregar valor, porque essa distância não tem mais como encurtar. Mesmo com asfalto! A não ser que tivesse trem, mas o trem é uma coisa que se fala a vinte anos de trem e até hoje não chegou, nem em Cuiabá não chegou ainda, chegou para cima um pouquinho de Rondonópolis ainda. Então falta de infraestrutura continua sendo um problema sério e isso depende do Governo, de investir em infraestrutura porque para nós seria um fator extremamente importante.

A grande maioria das narrativas convergiu para resultados parecidos sobre fatos históricos da época da colonização de Juruena, embora o propósito da pesquisa não fosse o de coletar dados homogêneos, e sim respostas que permitissem uma interpretação qualitativa a respeito da formação, ocupação e desenvolvimento da cidade de Juruena até os dias vigentes.

Deixando de lado um pouco a questão dos problemas conceituais, verifica-se na fala de cada entrevistado, uma forma bastante singular de enxergar o desenvolvimento e o seu significado, nivelados pelo sentimento de pertencimento ao local e o que nele se construiu: os laços fraternos, as formas de trabalho, e as perspectivas futuras. Quando se indaga se há vontade de mudar de cidade ou região, as respostas são parecidas. A senhora Helena afirmou que até pensa em ir embora por causa dos filhos, pois estão todos

estudando em outra cidade, e que por esse motivo sente muitas saudades, porém já se acostumou com a ausência deles.

Ratificando o relato acima, outros entrevistados confirmaram a vontade em permanecer em Juruena, visto que já estabeleceram suas redes de relações e convívio com o local, além da situação econômica que atualmente encontra-se modificada, com maiores perspectivas para seus filhos. Afirmaram que gostam de Juruena principalmente pelo círculo de amizade ser muito forte, diferente de outras cidades que conheceram ou moraram, fazendo disso um dos principais motivos em continuar morando ali. A resposta do senhor Apolinário foi a seguinte:

Não, sinceramente não. A gente vai lá (Santa Catarina), eu vou duas, três, quatro vezes por ano, afinal tenho uma fábrica lá, tem meus filhos estudando, minha mãe graças a deus ainda é viva. Visito minha mãe sempre, então no mínimo umas quatro vezes por ano a gente vai. Um pouco talvez seja isso, aí não fica com aquela imagem de que tudo é maravilhoso e a gente sabe que não é, e aqui a gente acaba tendo toda a atividade econômica, isso te prende também. E aqui a gente tem um círculo de amizade muito forte, diferente de lá, inclusive assim dos parentes, aqui a gente tem uma amizade que é mais forte. É uma marca que a gente tem com a cidade, quer dizer, uma identidade com a cidade que não dá para trocar assim né? A família ficou em Cuiabá oito anos e eu chegava em Cuiabá e duas horas depois eu já estava pensando em voltar, né, e a cabeça sempre aqui. Por exemplo, em Cuiabá a gente fez amizade com algumas pessoas, claro foram oito anos afinal, mas é uma coisa totalmente diferente.

Durante o relato, o entrevistado deixou claro que morou em outra cidade durante alguns anos, mas retornou definitivamente a Juruena, pois quando residiu fora o pensamento estava sempre ali. Existiam muitos laços de amizade e um sentimento de compromisso com o local, de vê-lo melhorar e crescer. Observou ainda, que os filhos também compartilham desse sentimento e que, embora tenham estudado em outro lugar, também retornaram à Juruena, assim como outros filhos de migrantes.

A maioria dos Juruenenses que estudaram em outras cidades retornaram diplomados, com possibilidade de trilhar outros caminhos, em outros estados ou mesmo fora do país, mas regressaram a Juruena, incentivados pelos pais que ali residem e igualmente, pelo anseio em assistir a sua cidade natal crescer e melhorar cada vez mais.

Todavia, o fato dos entrevistados revelarem quais foram as maiores dificuldades enfrentadas durante o processo de migração para Juruena, e a sustentação de que muitas das dificuldades inicialmente encontradas ainda persistem, gera a seguinte reflexão: alguma vez já nos perguntamos por que mudamos ou permanecemos em um determinado lugar?

O fato é que quem muda para um determinado lugar e nele permanece tem motivos bastante claros para permanecer ali e não em outra cidade. Augusto de Franco (2010), no ensaio “A independência das cidades”, dialoga sobre esse assunto, além de outras questões sociais do desenvolvimento. Segundo o autor, essas preferências são motivadas pela dinâmica singular em que ela se insere e não pelas características das nações que abrigam essa cidade. Logo, quem optou por Barcelona, certamente não optaria pela Espanha ou quem mora em São Francisco dificilmente moraria em outros lugares dos Estados Unidos, afirmando:

Não é assim? Tanto faz morar em Curitiba ou Pernambuco, só porque ambas estão no Brasil? Tanto faz morar em Milão ou Consenza, só porque ambas estão na Itália? Tanto faz morar em Genebra ou Berna, só porque ambas estão na Suíça? É claro que não! Há uma diferença de capital Social (ou seja, uma diferença de topologia e de conectividade, na estrutura e na dinâmica, de suas redes sociais) entre essas cidades que faz toda a diferença em termos de condições e estilo de vida e convivência social (FRANCO, 2010, p. 11).

Certamente os motivos de permanência são os mais diversos possíveis, mas em meio àqueles que afirmaram que pretendem continuar vivendo em Juruena por muitos anos, encontram-se àqueles que ainda não se mudaram de lá por falta de oportunidade ou pela família, para evitar mais uma vez a distância entre os seus, conforme as palavras da senhora Vilma:

Todo mundo tem vontade de ir embora daqui. Só que tem um detalhe, “nóis” num podemos sair daqui pra ir pra de baixo de uma ponte. Nós num podemos jogar fora, o que “nóis” temos aqui. Lá fora tem valor, aqui o nosso não tem valor. Você já pensou que um “alquere” de terra lá no Paraná tá 80 mil?

Significa que existe vontade por parte de algumas pessoas em mudar-se para outro lugar ou região, ou mesmo retornar para sua cidade de origem, porém há outras questões que norteiam essa decisão, como a questão financeira apontada na narrativa. Voltar, é tão importante quanto ir, ressalta Ferreira (2002). Tem-se a mesma igualdade e liberdade que preside o migrante para ir e também o ampara ao voltar. Mas para o migrante, a volta para o berço natal passa por outras implicações, que falam mais alto do que a vontade pessoal dele e de sua família. Ou seja, com o tempo os migrantes vão construindo outras referências e esses fatores retardam cada vez mais a decisão de voltar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo não teve, de modo algum, a pretensão de apontar soluções para a desigualdade regional tão evidente em nosso país, mas sim discorrer brevemente sobre as principais teorias e abordagens frequentemente empregadas para caracterizar e ilustrar os movimentos migratórios em Juruena.

Ainda muito pequena ouvia meus pais contando inúmeras histórias sobre Juruena, sobre os moradores que ali chegavam, os animais selvagens encontrados nas ruas e os percalços pelos quais passaram nos primeiros anos naquele novo lugar. E foi a partir dessa memória, que muitos anos depois surgiu a vontade de conhecer melhor a formação de Juruena, que seria contada por alguns dos primeiros migrantes que chegaram para “povoar” aquelas terras. Perguntas como “o que motivou a sua vinda para Juruena”, “como aconteceu essa viagem”, “quais foram as dificuldades enfrentadas”, “quais eram seus sonhos” foram algumas das indagações feitas aos entrevistados. O objetivo foi absorver ao máximo as histórias que cada pessoa tinha a contar.

Verificou-se que nas décadas de 1970 e 1980 ainda existia no Estado uma continuidade dos trabalhos de ocupação das áreas de terra, semelhantes aos que aconteciam nas décadas de 1950 e 1960 em outros municípios da região. Mato Grosso, durante décadas, foi um Estado que teve como principal objetivo a colonização e ocupação de suas áreas, deixando de lado questões como o desenvolvimento social, planejamento ou bem estar.

Juruena é um caso efetivo de colonização particular, em que o estado assegurou lotes de terras para colonizadoras atuantes em todo o Brasil, principalmente nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, conforme dados dessa pesquisa.

Muitas vezes, quando se fala de migrantes, o conceito relaciona aquelas pessoas forçadas a migrar para outra região. Nesse caso, ao falar dos primeiros migrantes que partiram para Juruena, estiveram muito claros os interesses pessoais relacionados à compra de terras.

Apesar das inúmeras dificuldades com a saúde, estradas e o descaso por parte da Colonizadora, os grupos que se deslocaram para Juruena visualizaram na compra de terras a possibilidade de independência e reprodução. Ou seja, criaram suas próprias condições de vida e, assim, driblaram as dificuldades encontradas, instituindo raízes e identidade com o lugar.

Possuem como motivo fundamental para resistir a essas dificuldades um pedaço de terra, e nele dão sentido à sua luta. Além disso, os laços de afetividade com outras pessoas que também passaram pelas mesmas aflições são fatores decisivos de permanência em Juruena, e isso ficou muito claro em seus depoimentos.

O interesse por Juruena era o de adquirir terra em maior quantidade, uma vez que a terra era “muito barata”. Dessa forma, conseguiam vender por um valor maior suas propriedades no sul e adquirir áreas maiores em Juruena.

Nota-se, pelos relatos obtidos, que não houve em momento algum a preocupação com o pequeno agricultor e suas condições de sobrevivência. A falta de assistência, por menor que fosse, assim como a abertura de estradas para que o proprietário chegasse a sua propriedade não era feita, embora estivesse presente nas promessas da Colonizadora.

Os grupos - homens, mulheres, crianças, sujeitos, pioneiros - ou como quiserem denominar, que se deslocaram para as terras Juruensenses, vinham em busca de novas possibilidades de vida, mas traziam consigo parte do antigo lugar, um lugar de origem que se dispuseram a deixar para traz. Para eles, esse novo lugar representava o desconhecido, algo que precisariam estar dispostos a aprender.

O desconhecimento sobre o lugar causava certo espanto e medo aos que chegavam a Juruena. Não existiam casas, hospitais, mercados, escolas, água encanada, luz, telefone, enfim, a vida era absurdamente sofrida, e diferente daquela que viviam.

O município foi crescendo e com ele despertaram outros interesses, econômicos, culturais e políticos. Alguns entrevistados enxergam com bons olhos o fato de que hoje há um número maior de empresas em Juruena, o que geraria mais emprego para a população. Por outro lado, também há quem discorde, afirmando que as indústrias empobrecem o local, uma vez que investem os recursos obtidos em outros municípios e não em Juruena, além de dificultar a vida do pequeno produtor, que precisa baixar seus preços devido à concorrência, que é vista pelos pequenos agricultores como “desleal”.

É possível verificar por meio das fotografias, como a área urbana de Juruena modificou-se. Visualiza-se um grande número de construções, assim como o aumento da população. Porém, isso não significa que, apenas embasado nesses fatores, o município se desenvolveu. Partindo do pressuposto de que o crescimento econômico supõe uma sociedade capitalista em que há lucros e acumulação de capital, pode-se afirmar que houve em Juruena um crescimento econômico. Todavia, ao analisar fatores básicos do desenvolvimento, como o bem estar, a segurança, a liberdade, a proteção ao meio ambiente

e a justiça social para todos, dificilmente pode-se afirmar que ocorreu o efetivo desenvolvimento do município.

Neste estudo, procurou-se identificar e construir quais foram as expectativas dos primeiros migrantes para Juruena, pautados na história e memória dos entrevistados. Notavelmente, ainda há muito a ser feito para que essas histórias tenham outras formatações, porém acredita-se que tal fenômeno não está circunscrito apenas ao recorte temporal desse estudo. Essa perspectiva já provoca outros debates que podem ser articulados, tendo em vista a multiplicidade de fatores ligados ao desenvolvimento do lugar e dos sujeitos coletivos que ali vivem.

REFERÊNCIAS ORAIS

BIERAHULS, Jandira. Entrevista concedida à autora em 10 de julho de 2012, em Juruena-MT. Dourados-MS, 16 de Julho de 2013.

BRANDT, Otwin. Entrevista concedida à autora em 11 de julho de 2012, em Juruena-MT. Dourados-MS, 16 de Julho de 2013.

FOPPA, Teresa Ida. Entrevista concedida à autora em 17 de julho de 2012, em Juruena-MT. Dourados-MS, 16 de Julho de 2013.

MACEDO, Cipriano Antonio de. Entrevista concedida à autora em 9 de julho de 2012, em Juruena-MT. Dourados-MS, 16 de Julho de 2013.

PICKLER, Helena Maria. Entrevista concedida à autora em 6 de julho de 2012, em Juruena-MT. Dourados-MS, 16 de Julho de 2013.

STÜLHER, Apolinário. Entrevista concedida à autora em 17 de julho de 2012, em Juruena-MT. Dourados-MS, 16 de Julho de 2013.

VENDRAME, Vilma do Amaral. Entrevista concedida à autora em 10 de julho de 2012, em Juruena-MT. Dourados-MS, 16 de Julho de 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APRESENTAÇÃO. <http://www.parquenacionaldojuruena.com.br/home>. Acesso em 18 de março de 2013.

ARRUDA, Rinaldo S. V. Rikbaktsa, os canoeiros do Rio Juruena. Margem, São Paulo-SP, N.17, p. 99-102, jun. 2003.

ÁVILA, Vicente Fideles de. *Pressupostos para Formação Educacional em Desenvolvimento Local*. **INTERAÇÕES**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande – MS, v. 1, N.1, p.63-76, Set. 2000.

_____. **Formação educacional em desenvolvimento local:** relato de estudo em grupo e análise de conceitos. Campo Grande-MS, UCDB, 2001.

BARROS, José D'Assunção. *História e Memória: uma relação entre na confluência entre tempo e espaço*. **MOUSEION**, vol. 3, n.5, Jan-Jul./2009.

BARROZO, João Carlos. Políticas de Colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste. **Mato Grosso: do sonho a utopia da terra**. João Carlos Barrozo (org). Cuiabá-MT: EDUFMT, 2008.

BAUMAN, Zigmund. **Tempos Líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. São Paulo: companhia das letras, 1994.

BRAND, Antônio. *Desenvolvimento Local em comunidade indígenas no Mato Grosso do Sul: a construção de alternativas*. **INTERAÇÕES**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande – MS, v. 1, n.2, p.59-68, mar. 2001.

BURKE, Peter. “História como memória social”. In: **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CARRIL, Lourdes Fátima Bezerra. **Quilombo, Território e Geografia**. Agrária, São Paulo, N.3, 2006.

CASSAB, Latif Antonia. RUSCHEINSKY Aloísio. *Indivíduo e Ambiente: A metodologia de pesquisa da História Oral*. **Biblos**, Rio Grande, 16:7-24, 2004.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Eds.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 11 ed., 2005.

CUNHA, Euclides Da. **Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos**. Coordenação de Hildon Rocha, Brasília: Senado Federal, 2000.

DADOS ECONÔMICOS. <http://www.pmjuruena.com.br>. Acesso em 26 fev. 2013.

DI MEO, Guy. *Geografias silenciosas do cotidiano*. **Cadernos de Geografia Quebec**, Volume 43, N°. 118, Abril de 1999.

ELIZALDE, A. *Desarrollo a escala humana: conceptos y experiencias*. **INTERAÇÕES**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 1, n. 1, p. 51-62, Set. 2000.

ESTADO DO MATO GROSSO. Diário Oficial da União 04.07.88. Lei Estadual 5313, de 04 de julho de 1988 que cria o Município de Juruena.

FELIX, Otero Loiva. **História e memória: a problemática da pesquisa**. EDIUPF: Passo Fundo - RS, 1998.

FERREIRA, Ivanildo José. Migrações e Direitos Humanos. In: **Migrantes em Rondonópolis: o fazer, o lembrar, o falar**. Jones Dari Goetttert e Ivanildo José Ferreira (Orgs). Centro de Direitos Humanos Simão Bororo. Rondonópolis-MT, 2002.

FOTOS HISTÓRICAS DO MUNICÍPIO DE JURUENA. Disponível em <http://www.pmjuruena.com.br>. Acesso em 15 fev. 2013.

FRANCO, Augusto de. **Pobreza e desenvolvimento local**. Brasília: AED, 2002.

_____. **A independência das cidades: sobre a emergência das cidades inovadoras no século 21**. Fundação Astrogildo Pereira. Brasília-DF, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós - modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Editora DP&A: Rio de Janeiro-RJ, 2006.

HALLBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

HATOUM, Milton. **Órfãos do Eldorado**. Companhia das Letras, 2008.

HEINST, Andréia de Cássia. **Pioneiros do Século XX: Memória e Relatos sobre a ocupação da cidade de Mirassol D'Oeste**. 2003. 170f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de ciências Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá-MT.

IBGE. Censo 2007. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=510517>, acesso em 12 março 2013.

INSTITUCIONAL. <http://www.sudam.gov.br/sudam>. Acesso em 17 de março de 2013.

INSTITUCIONAL: o banco. <http://www.basa.com.br/>. Acesso em 17 de março de 2013.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Desenvolvimento local na abordagem territorial do atual sistema-mundo. In: **O papel da universidade no desenvolvimento local**. Gaetan Tremblay e Paulo Freire Vieira (orgs.). Florianópolis: APED: Secco, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Editora da Unicamp: 2ª edição, Campinas-SP, 1992.

LENHARO, Alcir. *A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50*. In: **Revista Brasileira de História**. “Terra e Poder”. São Paulo, Ed. Marco Zero/ANPUH, V.6, n.12, 1986.

LEVY, Charmain; JOYAL, André. Desenvolvimento local: histórico dos conceitos de desenvolvimento e governança local. In: **O papel da universidade no desenvolvimento local**. Gaetan Tremblay e Paulo Freire Vieira (orgs.). Florianópolis: APED: Secco, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Vol. I, Tomo II. São, Paulo: Abril Cultural, 1984.

MIGNOLO, Walter. **La opción descolonial**. Letral, n. 1, p. 4 – 22, 2008.

MORENO, Gislaene. **Os (Des) caminhos da Apropriação Capitalista da Terra em Mato Grosso**. Tese de Doutorado apresentada no curso de Geografia humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

MORENO, Gislaene. **Terra em Poder em Mato Grosso: políticas e Mecanismos de Burla**. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

MUNICÍPIOS ISOLADOS PELA CHUVA FICAM SEM COMBUSTÍVEL.
<http://www.blogdoantero.com.br/>. Acesso em 13 de março de 2013.

NETO, Vitale Joanoni. Juína: de projeto de colonizaçãoa polo regional. In: **Mato Grosso: do sonho a utopia da terra**. João Carlos Barrozo (org). Cuiabá-MT: EDUFMT, 2008.

NOSSA CIDADE. <http://www.pmjuruena.com.br>. Acesso em 18 de março de 2013.

O INCRA. <http://www.incra.gov.br/index.php/institucional/incra>. Acesso em 17 de março de 2013.

PÓVOAS, Lenine C. Mato Grosso: um convite à fortuna. Rio de Janeiro: Ed. Guavira Ltda. 1977.

PROGRAMA POLONOROESTE.
<http://www.machadinho.cnpm.embrapa.br/conteudo/polono.html> Acesso em 17de março de 2013.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Tradução de Monique Augras e edição de Dora Rocha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. Editora Ática: São Paulo-SP, 1993.

ROSA, Helena. *História Oral e Micro história. Aproximação, limites e possibilidades*. **IV Encontro Regional de História Oral**. Anais eletrônicos n.1, 2007. Uberlândia, n.6, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo, Hucitec, 1994.

SILVA, Aldina Cássia Fernandes. O fetiche das terras: dos sonhos e desejos à nova vida. In: **Mato Grosso: do sonho a utopia da terra**. João Carlos Barrozo (org). Cuiabá-MT: EDUFMT, 2008.

SOUZA, Bernadete Margarida de. **Histórico: Trabalho de pesquisa**. Escola Municipal 07 de maio, Juruena – MT, 2002.

SUESS, Paulo. *Migração, peregrinação e caminhada como desafios da missão no mundo globalizado*. In: *REB*, Petrópolis, fasc. 238, junho 2000, p. 294-311.

The Truman Administration: Its Principles and Practice. Contributors: Louis W. Koenig - editor. Publisher: New York University Press. Place of Publication: New York. Publication Year: 1949.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e lugar: A perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo, SP: DIFEL, 1983.

ZART, Laudemir Luiz. **Desencanto na Nova Terra: Assentamento no Município de Lucas do Rio Verde-MT, na década de 80**. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis-SC.

ZART, Laudemir Luiz. Lucas do Rio Verde as vozes dos parceiros no processo de construção de um novo espaço social. In: **Mato Grosso: do sonho a utopia da terra**. João Carlos Barrozo (org). Cuiabá-MT: EDUFMT, 2008.

APÊNDICE

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTAS E COLETA DE DEPOIMENTOS

QUESTÕES ORIENTADORAS DA PESQUISA

1. Conte-me sobre a vinda de vocês para Juruena: o que motivou a migração para este local (promessas, sonhos, ou apenas mudar de região)?
2. Quais foram as maiores dificuldades encontradas ao longo dos anos no município de Juruena? A sua família compartilha da mesma visão?
3. Das dificuldades inicialmente encontradas, alguma delas permaneceu?
4. Comente sobre as questões estruturais das Rodovias de acesso ao município.
5. O senhor (a) lembra-se de algum fato? Pode falar com mais detalhes sobre isso?
6. O senhor (a) lembra-se de mais alguém que conhece essa história?
7. Pode me dizer quem é?
8. Quanto ao desenvolvimento do município, como ele é percebido desde a sua chegada em Juruena? Como o senhor se informa sobre esse assunto?

9. O senhor (a) já pensou alguma vez em mudar-se de Juruena?

10. Por quais motivos?

APÊNDICE B
MODELO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, _____
_____ autorizo **Soviana Foppa**, aluna do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande – MS, que está desenvolvendo a pesquisa (dissertação de mestrado) intitulada: _____

_____ ,
a utilizar os dados coletados (entrevistas, questionários, formulários e diálogos), bem como o uso de imagens unicamente para o desenvolvimento da pesquisa (dissertação, artigos, livros e outras publicações científicas) e, portanto, não serão veiculadas para fins que não sejam acadêmicos.

Juruena, ____/____/____

Assinatura

RG:

CPF: